



Sessão Ordinária do dia 27 de outubro de 2025

Ata n.º 99.

Aos vinte e sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Alexandre Curi**, secretariado pelas Sr.^{as} Deputadas **Cloara Pinheiro** (na função de 1.^º Secretário) e **Maria Victória** (2.^a Secretário), “sob a proteção de DEUS”, iniciou os trabalhos da **99.^a Sessão Ordinária da 3.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): “Sob a proteção de Deus”, iniciamos a Sessão Ordinária desta segunda-feira. Consulto a 1.^a Secretaria se há Expediente a ser lido.

SR.^a 1.^a SECRETÁRIA (Deputada Cloara Pinheiro – PSD): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura dos documentos que compunham o Expediente do dia.)

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 952/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 280/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.708; **Ofício n.º 953/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 631/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.711; **Ofício n.º 954/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 635/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.712; **Ofício n.º 955/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 547/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.710; **Ofício n.º 956/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a



sanção do Projeto de Lei n.º 381/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.707; **Ofício n.º 957/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 833/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.706; **Ofício n.º 958/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 475/2021, que foi convertido na Lei n.º 22.704; **Ofício n.º 959/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 27/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.705; **Ofício n.º 960/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 677/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.709; **Ofício n.º 964/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 628/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.716; **Ofício n.º 965/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 573/2023, que foi convertido na Lei n.º 22.715; **Ofício n.º 966/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 556/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.714; **Ofício n.º 967/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 270/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.719; **Ofício n.º 968/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 70/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.713; **Ofício n.º 969/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 600/2023, que foi convertido na Lei n.º 22.717; **Ofício n.º 970/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 493/2023, que foi convertido na Lei n.º 22.718; **Ofício n.º 961/2025** do Governador do Estado, encaminhado em 23 de outubro, informando a ausência do país no período de 24 a 26 de outubro de 2025; **Ofício n.º 963/2025** do Governo do Estado, comunicando a restituição do Projeto de Lei n.º 395/2025, de autoria da Deputada Maria Victoria; **Ofício n.º 2277/2025** do Tribunal de Justiça, solicitando a restituição do Projeto de Lei n.º 440/2024; **Ofício n.º 2029/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento de autoria da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 2030/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento de autoria do Deputado Renato Freitas; **Ofício n.º 2031/2025** da



Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento de autoria do Deputado Batatinha; **Ofício n.º 2032/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento de autoria do Deputado Delegado Tito Barichello; **Ofício n.º 2033/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento de autoria do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 2073/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento de autoria do Deputado Batatinha; **Ofício n.º 2074/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento de autoria do Deputado Luis Corti; **Ofício n.º 2075/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento de autoria da Deputada Maria Victória; **Ofício n.º 2076/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento de autoria do Deputado Alexandre Amaro; **Informações** da Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito de Curitiba, encaminhando respostas a requerimentos de autoria do Deputado Ney Leprevost.

É o que continha, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos ao Horário do Pequeno Expediente. Concedo a palavra ao Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Muito obrigado, Sr. Presidente. Saudando V.Ex.^a, saúdo toda a Mesa, os Deputados, sociedade paranaense que aqui se encontra. Presidente, antes de tudo, queria parabenizar pela corrida aqui e também pelo desempenho que o senhor teve, exemplo de corrida, de maratonista. Mas, falando sério, parabéns pela iniciativa, muito importante trazermos a população para a Assembleia, assim como as Assembleias Itinerantes estão fazendo de levar a Assembleia até a população, a iniciativa da corrida merece todos os nossos aplausos. Mas, vou falar de uma coisa que não merece os nossos aplausos, Deputado Requião Filho, que é o Projeto n.º 937/2025, que, na contramão de todas as diretrizes da educação – diretrizes que já foram apontadas pela Advocacia Geral da União, pelo Ministério da Educação –, prevê a expansão das



escolas cívico-militares no Estado do Paraná. Adianto aqui, desde já, que o nosso voto será – como foi quando esse Projeto veio para a Casa – um voto “não”, porque entendemos que a escola não é o lugar de militares. A escola é o lugar da educação, é o lugar da valorização dos profissionais da educação, dos servidores da educação. Fizemos recentemente nesta Casa uma Audiência Pública, Deputada Flávia, para tratar sobre a saúde dos educadores e educadoras do Estado do Paraná, da rede pública, que não está bem. Não está bem a saúde dos profissionais da educação, estamos com um processo no Ministério Público também cobrando que o MP avance nessa cobrança de mais ações efetivas em relação à saúde das educadoras e educadores – falando da saúde física e da saúde mental também. Precisamos avançar nos concursos públicos, aumentar a presença e a perspectiva de carreira de profissionais da educação; precisamos aumentar a valorização das disciplinas que estão subvalorizadas, estão com a perspectiva de diminuição, como Artes, Filosofia e Sociologia – são disciplinas que nos ensinam sobre cidadania, ensinam sobre a prática política, ensinam sobre ser humano e estar em convívio na sociedade –, que estão diminuindo e que há perspectiva que diminuam ainda mais. Então, o Projeto n.º 937, que aqui será votado em primeira discussão hoje, não merece os nossos aplausos. Como disse, ele prevê que escolas em tempo integral possam também ser transformadas em escolas cívico-militares. Outro ponto muito preocupante é que, quando não houver quórum suficiente na consulta, a decisão sobre a adesão ao programa caberá ao Secretário de Educação do Estado do Paraná, ou seja, também um ponto completamente equivocado do Projeto em questão. Lembro que a ampliação desse Projeto – desse modelo escolar – é extremamente temerária, é extremamente insegura juridicamente porque a constitucionalidade do programa ainda está sob análise no próprio Supremo Tribunal Federal. A ADI 6791, que está tramitando no STF, tem como objetivo o questionamento das escolas cívico-militares aqui no Estado do Paraná. Também lembro que diversos outros estados já tiveram vitórias no STF: São Paulo, Rio Grande do Sul também tiveram ADIs



em face de leis estaduais que instituíram programas. Então, essa ação do Governo é um contrassenso – Deputado Arilson, nosso Líder, Deputada Luciana – , nós votaremos “não” a esse Projeto. Porque entendemos que lugar dos militares é para ajudar a proteger a população e a escola é o lugar de valorização da educação, valorização das professoras e dos professores e valorização de toda a comunidade escolar. Ademais, no Paraná, senhoras e senhores, há denúncias – inúmeras – em relação ao autoritarismo e abusos, relatos de perseguição, assédio, censura e discriminação em escolas cívico-militares que foram implantadas no nosso Estado. Então, votaremos “não” a esse Projeto e esperamos também que os Deputados se conscientizem. Faço aqui um último apelo, Deputados e Deputadas: se esse Projeto fosse tão bom, deveríamos todos colocar os nossos filhos nessas escolas cívico-militares. Deveria, igualmente, o Governador Ratinho Junior colocar as suas filhas e os seus filhos nesses colégios cívico-militares... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir.

DEPUTADO GOURA (PDT): Para conclusão, Sr.^a Presidente, falo aqui enquanto Parlamentar, falo enquanto cidadão e falo enquanto pai de uma garota que cursa o ensino médio na rede pública do Estado do Paraná, que é contra esse Projeto, ela já me falou. Ela, os amigos dela, são contra a presença de militares na escola. O que eles querem mais, Deputados e Deputadas, Governador Ratinho Junior? Eles querem mais esporte, mais educação, mais infraestrutura, mas valorização dos profissionais, mais salários – melhores salários – para os professores e professoras do Estado do Paraná. Fazendo coro, ecoando as palavras da minha filha e de outros milhares e milhares de estudantes: nós queremos que este Projeto seja derrotado aqui na Assembleia. Se passar, seremos forçados, mais uma vez, a açãoar o sistema de justiça. Muito obrigado.



SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Tercilio Turini. Gostaria de registrar aqui os aniversariantes da última semana: na última quinta-feira, tivemos o Deputado Samuel Dantas; na sexta-feira, o Deputado Requião; e ontem, dia 26, Deputado Ney Leprevost. Deixar os parabéns, felicidades aqui desta Casa de Leis.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (MDB): Senhora Presidente, Deputadas, Deputados, cumprimentar também quem nos acompanha pela *TV Assembleia*, nossos convidados e registrar aqui a presença dos nossos amigos, nossos vereadores de Primeiro de Maio. Acompanhei com atenção o leilão do lote 4, que foi definido na Bolsa lá de São Paulo na última quinta-feira, e gostaria neste momento aqui fazer alguns comentários. O lote 4 eu, particularmente, acompanhei com muita atenção porque, além do lote 3, é o lote que passa pela nossa cidade de Londrina. Ele começa em Cornélio Procópio, tem a praça de pedágio de Jataizinho, passa por Londrina, depois tem uma outra praça em Arapongas, outra em Mandaguari chega a Maringá, um ramal vai para Paranavaí e Nova Londrina e depois segue pela 323 – Cruzeiro do Oeste, Cianorte, Umuarama – quase até a divisa com o Mato Grosso do Sul. Chamou a atenção, nesse leilão, que foi o único leilão das cinco praças até agora em que tivemos quatro empresas que participaram. O que isso mostra? O interesse das empresas para uma região que está em franco desenvolvimento, que é o Norte do Paraná, pegando Londrina, Maringá e Noroeste do Estado. Isso realmente deu um desconto significativo, de 21,30%. Tínhamos uma preocupação, principalmente com a praça de Jataizinho, porque o valor que foi para leilão não era pequeno, era R\$ 20,00; com desconto, baixou para R\$ 14,00. Mas nas praças de Arapongas e de Mandaguari o valor ficou em R\$ 8,70. Além disso, uma outra questão que, para a nossa região, foi muito significativa, é que tinha muita gente ainda, Deputada Cloara, que achava que o Contorno Leste não iria ser incluído. Está lá o Contorno Leste, incluído – logicamente que ele vai ter uma dinâmica um pouco diferente, porque não foi feito



todo o impacto, todo o trajeto, isso vai ser feito depois do segundo ano; quarto ano, os projetos, licença, mas até o final do sétimo ano seguramente essa obra... A história da região nossa de Londrina e da região Norte do Paraná passa por esses contornos. Estou aqui falando especificamente do Contorno Leste porque o Contorno Norte já existia na concessão anterior – pagamos e não levamos. Agora vamos ter nessa concessão, além do Contorno Norte, o Contorno Leste de Londrina, uma obra extraordinária. Aqui, Deputado Romanelli, temos que também saber reconhecer e agradecer. Agradecer a esta Casa, que lembro que, em 2023, lá na Rural, embora já existisse uma mobilização, ela ganhou força com a Assembleia Itinerante e trouxemos o debate maior para a sociedade, para esta Casa, o Deputado Traiano, o Deputado Alexandre Curi – o Deputado Romanelli esteve duas vezes em Brasília conosco – o Deputado Evandro, o Deputado Arilson Chiorato – quantas vezes pedimos socorro aqui para o Arilson. Todos os Deputados Federais aqui da nossa região se envolveram. A Deputada, hoje Ministra Gleisi, que teve um papel fundamental e o Ministro Renan Filho, que garantiu que seria colocada essa obra, dentro da concessão, várias vezes. Até nos assustamos quando estivemos lá na última vez, em que ele fez a apresentação do lote 3 e não constava o Contorno Leste. Ele falou: “*Calma, vão estar os dois contornos no lote 4*”. Realmente, isso ocorreu. Lembro que a região Noroeste do Estado se mobilizou também para a duplicação de Paranavaí a Nova Londrina. Está lá! Então são obras importantes que vão mudar o desenho da nossa região do Norte.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Presidente, se me permite, ele poderia usar o Horário da Liderança do PSD para concluir o raciocínio dele. Eu gostaria de fazer um aparte, inclusive.



DEPUTADO TERCILIO TURINI (MDB): Claro, se for permitido.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Ok.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (MDB): Pois não, Deputado Romanelli, V.Ex.^a tem o aparte.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Deputado Tercilio, se tem alguém que merece o crédito para que o Contorno Leste em Londrina fosse incluído no lote 4, é V.Ex.^a.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (MDB): Obrigado.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Porque V.Ex.^a levantou essa bandeira quando muitos, inclusive, queriam desacreditar dessa possibilidade, dizendo que era inviável a inclusão do Contorno Leste no lote 4. Vossa excelência persistiu nessa caminhada e, aos poucos, os políticos de uma maneira geral foram aderindo à sua ideia e à sua proposta. Quero dizer que são duas obras que foram incluídas no lote 4, que foram graças à persistência: uma do Contorno Leste de Londrina, graças à persistência de V.Ex.^a; a outra, também obra do lote 4 que acabou sendo incluída, é a duplicação da BR-376, entre Paranavaí e Nova Londrina, graças à persistência da Socipar de Paranavaí, que fez todo um trabalho e uma articulação. Mas há de se dar um crédito aqui, Deputado Arilson, coisa que não podemos deixar de dizer quem é o pai ou a mãe da criança. Da mesma forma que o Deputado Tercilio Turini foi o pai do Contorno Leste, temos que agradecer à hoje Ministra da Casa Civil, Deputada Federal Gleisi Hoffmann, que encampou essa bandeira, chamou à responsabilidade o Ministro Renan Filho dos Transportes e foram incluídas as obras, Deputada Cloara, tanto da questão da duplicação da BR-376, na qual se somaram todos os políticos, de mandato estadual e federal da região Noroeste – na qual me incluo, também apoiei desde o



início, até porque V.Ex.^a, como ninguém, conhece os desafios de Londrina, minha querida cidade natal. Então quero dizer isso, porque na política, muitas vezes, fazermos elogio para nós mesmos sempre digo que é vitupério – porque elogio em boca própria é vitupério, me ensinou o Ex-Governador Requião. Vossa Excelência, Deputado Tercilio, foi quem levantou essa bandeira, foi quem lutou. Se o povo de Londrina tem que agradecer a alguém pelo Contorno Leste na inclusão do lote 4, é a V.Ex.^a. Faço esse registro, porque ela é a expressão da verdade. Ao mesmo tempo, Deputado Arilson, dizer da importância que teve a participação, a atuação, da Deputada – hoje Ministra das Relações Institucionais do Governo Federal – Gleisi Hoffmann, para que essas duas obras pudessem ser incluídas. Entre tantas outras lideranças, como disse aqui, da sociedade civil organizada no Noroeste, onde trabalhou também o Deputado Federal Tião Medeiros, que se somou a essa luta. Enfim, todos que trabalharam, o Zeca Dirceu, todos que apoiaram para que essa duplicação pudesse acontecer. Quantas e duras reuniões fomos a Brasília e tivemos com o Ministro dos Transportes, Renan Filho? Penso que o Renan, a cada vez que me vê agora, me vê meio atravessado, porque ontem, no ensinamento de minha mãe, falei que na vida, quando não estamos incomodando ninguém, é sinal que estamos no caminho errado. Então, caminho certo é incomodar para conquistar. Vossa Excelência está celebrando dessa tribuna hoje, na realização do lote. Com desconto, aliás, Deputado Arilson, porque, se não tivéssemos ido a Brasília, o desconto não teria acontecido. Foram as mudanças que fizemos. No dia 6 de janeiro de 2023, fomos a Brasília, eu e o Deputado Arilson, junto com a Deputada Gleisi, com o então Deputado Énio Verri, fomos à Casa Civil, discutimos, fizemos toda uma articulação para aumentar o desconto. Está aí o desconto, 21,3. A tarifa do pedágio ficou meio salgada na minha avaliação, mas ficou muito melhor com as possibilidades dos descontos. Esperamos que o contrato seja cumprido, agora cabe fiscalizar para cumprir o contrato. É isso. Parabéns, V.Ex.^a.



DEPUTADO TERCILIO TURINI (MDB): Obrigado, Deputado Romanelli.

Deputada Cloara Pinheiro (PSD): Um aparte, por favor.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (MDB): Obrigada pelas palavras. Já concederei em seguida. Deputado Romanelli, V.Ex.^a foi um batalhador junto conosco. O Cobra Repórter esteve em Brasília conosco também, o Evandro Araújo. A Cloara sempre apoiou o Contorno Leste. O Jairo Tamura era Presidente da Câmara de Vereadores e esteve em Brasília conosco, apoiando. A Câmara de Vereadores de Londrina... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (MDB): Neste minuto final, Deputado, além do desconto, R\$ 350 milhões de aporte que dá praticamente para fazer o Contorno Leste. Vossa Excelência tem esse minuto final, Deputada Cloara.

Deputada Cloara Pinheiro (PSD): Quero dar os parabéns para você, meu colega, meu amigo. No primeiro dia quando saiu o resultado de todo o nosso trabalho, você falou assim: “*Vem, aqui, preciso de você, seja muito bem-vinda*”. Tenho um orgulho tão grande de você, Tercilio, e de todos os nossos colegas que foram lá. Desde antes de eu ser Deputada, você já falava do contorno. Você já falava que era um objetivo de vida, um propósito na sua carreira política. Então, parabéns, do fundo do meu coração, a todos os envolvidos, principalmente a você, meu colega que me abraçou desde o primeiro dia aqui.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (MDB): Obrigado, Cloara. Obrigado a todos... (É retirado o som.)



SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (PSD): Só para concluir. Então, temos que realmente agradecer e reconhecer as pessoas, a sociedade como um todo, o próprio Prefeito de Londrina, o Tiago Amaral, como Deputado nos ajudou, toda a região Norte foram... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Deputado, para concluir.

DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (MDB): ... foram se incorporando, e realmente é um grande feito, e o futuro dirá quanto essa conquista vai ser importante para a região de Londrina. Muito obrigado.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Bazana. Gostaria de anunciar a presença do nosso Prefeito de Cruz Machado – seja bem-vindo a esta Casa de Leis – e do seu Chefe de Gabinete, o Gabriel. Sejam bem-vindos.

DEPUTADO BAZANA (PSD): Boa tarde à nossa Presidente Flávia Francischini, Cloara Pinheiro, nossa querida Deputada Maria Victoria, todos os demais Deputados e Deputadas. Inicialmente quero aqui agradecer a presença do nosso Vereador do município de Arapongas, Paulo Grassano – um grande Vereador, muito atuante no nosso município, está nesta tarde conosco. Venho aqui hoje mais uma vez falar sobre esse Decreto n.^o 12.686. Inicialmente quero agradecer a manifestação de todos os Deputados e Deputadas, os nossos Deputados Federais, os nossos Senadores, Deputados de outros estados. E desde já, pedir ao nosso Líder da Oposição, Arilson Chiorato, juntamente com o Professor Lemos, com a nossa Deputada Luciana, que abram um espaço junto ao Governo Federal



para que possamos realmente fazer com que esse Decreto não siga em frente e que possamos continuar fazendo com que as nossas escolas especializadas do Estado do Paraná e do Brasil continuem, Rangel, prestando esse grande serviço que é feito dentro do nosso Estado – principalmente o Paraná, em que hoje todas as escolas são especializadas, as Apaes, coirmãs – atender a pessoa com deficiência com respeito e dignidade. Sabemos da movimentação hoje do Paraná e do Brasil relativo a esse Decreto e tenho certeza de que vamos conseguir realmente cancelar esse Decreto e dar continuidade a esse belo trabalho que está sendo feito pelas escolas especializadas do Estado do Paraná. Dizer também que algumas pessoas do MEC estiveram nas redes sociais fazendo vídeo, dizendo que isso não altera nada a vida das Apaes e das coirmãs. Diretamente tem que saber distinguir Apaes e escolas especializadas, coirmãs e escolas especializadas, porque não é apenas acabar com as Apaes – não vai acabar com as Apaes, mas irão acabar com as escolas especializadas do nosso Estado e do nosso País. Então, viemos aqui dizer que aquilo que está no Decreto não pode prosseguir, porque não envolve uma questão somente pedagógica, mas move uma questão também de financiamento, de recursos e de muitas outras questões. Por isso, o nosso Estado, os nossos municípios, as instituições vão ficar perdidos, sem saber o que fazer, se esse Decreto realmente der sequência. E quem vai sofrer? Quem vai sofrer são os nossos alunos. Mais uma vez volto: temos que falar realmente com quem conhece de fato, que são as famílias, que são os profissionais que trabalham dentro das escolas especializadas, que são as Secretarias de Educação dos estados, do Paraná e também de todo o Brasil, para que possamos realmente chegar a um consenso e deixar que aquelas escolas que estão fazendo um trabalho de referência, tratando a pessoa com deficiência com dignidade e respeito, que possam fazer o trabalho para incluir, sim – depois de preparados os nossos alunos, voltarem para o ensino comum e continuarem a sua vida normalmente. Quando você coloca todos os alunos no ensino comum, realmente vai estar cometendo uma verdadeira exclusão. Só quem vive a



realidade do dia a dia dessas escolas especializadas sabe o quanto isso vai realmente ser uma catástrofe aqui no Estado do Paraná e em todo o Brasil. Mais uma vez, venho aqui a esta tribuna convocar a nossa Casa, o nosso Presidente Alexandre Curi, todos os Deputados e Deputadas, para que possamos continuar nessa luta, conversando com os nossos Deputados Federais e buscando realmente que esse Decreto seja encerrado, ou que possamos dialogar ainda mais com o MEC, dialogar com o Ministro da Educação e, se preciso for, dialogar com o Presidente da República e mostrar que a pessoa com deficiência intelectual e múltipla precisa ser respeitada, não só aqui no Paraná, mas em todo o Brasil. Esse é o verdadeiro trabalho que tem que ser feito. Feito por quem realmente conhece, quem se dedica a essa causa, se dedica à causa das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, e realmente fazer com que as nossas escolas especializadas do Estado do Paraná continuem fazendo esse brilhante trabalho que fazem, dando dignidade e respeito à pessoa com deficiência. Então, mais uma vez peço que esta Casa, juntos, possamos combater esse Decreto e mostrar que temos que dar liberdade de escolha à família. A família que escolhe onde quer colocar o seu filho – se quer colocar no ensino comum ou se quer colocar nas escolas especializadas – e assim que deve ser procedido para que possamos continuar o trabalho e que não mexa naquilo que está dando resultado, resultado positivo. É o que estamos fazendo sempre, lutando pelo bem comum... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO BAZANA (PSD): ... trabalhando em prol daqueles que mais precisam. Muito obrigado, Deputada Flávia. Obrigado a todos os Deputados.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Ricardo Arruda.



DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhora Presidente, colegas Deputadas, Deputados e todos que nos acompanham aqui nesta Sessão Plenária. Bom, primeiro assunto, quero agradecer ao Governo, Governador Ratinho Junior, por realmente tocar adiante um Projeto que era de minha autoria, para estendermos os colégios Cívico-Militares para escolas em período integral, que antigamente não podia. Fiz esse Projeto, o Governo assumiu esse Projeto e vamos votar o Projeto. Tenho certeza de que será aprovado, porque não é uma vontade nossa, é uma vontade da grande maioria da população do Paraná. Por quê? Porque o resultado das escolas cívico-militares está sendo extraordinário, estão acima da média, são as melhores avaliações do Ideb. Então, qualquer Deputado desta Casa que preze por uma boa educação, que preze pela vontade popular, que preze por um bom futuro dos nossos alunos, deve votar favorável. Quem votar contra um Projeto desses com certeza está votando por questão ideológica, não para atender a vontade popular. E outra – repito –, o resultado das escolas cívico-militares supera qualquer problema de ideologia aqui, porque elas vêm mostrando os melhores resultados, as crianças têm aprendido mais nos colégios cívico-militares, isso aí é fato. Hoje todo mundo que tem filho prefere colocar em uma escola cívico-militar. Óbvio que vou votar pela aprovação – até porque esse Projeto partiu de um Projeto meu – e tenho certeza de que a Casa aqui votará – a maioria dos Deputados – com a razão e não com sentimento ideológico, então vai votar favorável a esse Projeto. Outro assunto aqui que queria tratar rapidamente também é a respeito do encontro tão esperado do Lula, o qual faz aniversário hoje... Parabéns ao Presidente Lula! A população do Brasil agradece o que o senhor trouxe ao Brasil: os R\$ 9 trilhões de dívida que temos no Brasil hoje; o endividamento das empresas públicas, porque o senhor novamente no poder fez todas as empresas darem um prejuízo absurdo, são mais de R\$ 8 bilhões de prejuízo, graças ao senhor Lula. Parabéns, a cada ano que o senhor fica mais velho, mais o senhor prejudica o nosso Brasil. Parabéns, Lula, por envergonhar o Brasil em nível internacional, apoiando terrorista e indo contra Israel. Parabéns,



Lula, por gastar, o senhor e a sua esposa, R\$ 5 milhões do dinheiro público em viagens; o senhor gasta muito bem o dinheiro público, bem para você e para a sua mulher e para a quadrilha que o senhor colocou no poder. Parabéns, Lula, por novamente destruir a economia do Brasil. O senhor está ajudando muito o Paraguai, Lula, porque os grandes empresários estão todos fugindo para o Paraguai, ninguém quer ficar no Brasil. E parabéns, desejamos a você, Lula, desejamos em dobro tudo o que você deseja ao melhor Presidente que o Brasil já teve, Jair Messias Bolsonaro. Com certeza, esse seu ódio contra o Bolsonaro, que é nítido – e o senhor expressou isso nessa reunião com o Trump, onde o senhor teve que engolir e fazer um sorrisinho amarelo de ver o Trump elogiando o Bolsonaro na sua frente, para o mundo inteiro ver, dizendo que ele gosta, que é um bom Presidente, que é uma pessoa honesta. Deu uma olhadinha para o Lula, dizendo assim: *Ele é honesto, Lula, tá! Nós sabemos quem é o Bolsonaro.* E o que o Trump deixou muito claro – o Secretário do Trump –, não terá a negociação com o Brasil enquanto não acabar com o ativismo judicial, enquanto não acabarem as perseguições para oponentes políticos. Vamos deixar de lado, vamos ter coragem. Bolsonaro não tem crime, não tem por que estar inelegível, diferentemente do que o senhor falou na entrevista, que o senhor não teve direito... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Obrigado, Presidente. O senhor teve direito a toda a defesa possível, Lula. O senhor foi julgado corretamente na primeira instância, na segunda instância. Em todas as instâncias possíveis o senhor teve o direito, só que tinha 3 mil provas contra você; contra o Bolsonaro, não teve direito nenhum, foi julgado no Supremo, na primeira turma, onde todos são comprovadamente inimigos do Bolsonaro. Então, ele não foi..., ele foi fuzilado, sem direito a defesa, sem direito a presunção de inocência, sem crime,



sem prova nenhuma. A única prova que tem contra Bolsonaro é uma minuta de golpe feita no Google, sem assinatura e sem data, e uma delação premiada do Cel. Cid, que já mudou várias vezes a versão dele. Então, é uma vergonha, não tem crime e o Brasil só terá paz com os Estados Unidos na hora em que consertar esse grave erro... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo orador inscrito: pelo Horário das Lideranças, Deputado Delegado Tito... Para concluir, Deputado Missionário.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Por favor, educação. Por favor! Para concluir, só terá paz no Brasil a hora em que o Brasil realmente seguir a lei e parar com o ativismo judicial. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos o Horário das Lideranças. Próximo orador inscrito: Deputado Delegado Tito Barrichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quero cumprimentar o Ex.^{mo} Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Parabéns pela corrida excepcional e pelo primeiro lugar nos 10 quilômetros; eu participei e fui apenas nos 5 quilômetros. Cumprimento o Líder do Governo, cumprimento o Líder da Oposição, cumprimento os colegas Deputados Estaduais, cumprimento a imprensa livre que nos assiste e está aqui presente. Cumprimento você, cidadão de bem e cidadão honesto que me assiste através da *TV Assembleia*, e não cumprimento você que é bandido, criminoso. Senhores, uso a palavra hoje para dois temas distintos. O primeiro deles é homenagear quem merece ser homenageado, honrar quem merece honra. Em uma sociedade de inversão de valores, precisamos, sim, compreender a importância daqueles que lutam pela nossa integridade física, aqueles que lutam pela nossa segurança. Nada melhor, compreendendo e conhecendo a segurança pública aqui do Estado do Paraná, do



que homenagear o 7.º Distrito Policial, através do Dr. Nasser Salmen, com quem tive a honra de trabalhar em determinada época da minha vida. Cumprimento o Dr. Hormínio de Paula Lima pelo trabalho excepcional aqui realizado no nosso Paraná. Não posso deixar de cumprimentar o Marquinhos, Carlos Alberto do Amaral, que é um Superintendente excepcional. Cumprimento os agentes de polícia judiciária... Desculpe, Marco Aurélio Kusdra. Desculpe, Marquinho, obrigado, meu querido. O Superintendente Carlos Alberto Amaral. Cumprimento Francys Loo Siqueira do Amaral, Thiago José Santos, Alexsandro César Rodrigues, Roberto Pascoal, Aloísio Crespo de Oliveira Júnior, Adriano Elias, assistentes administrativas Fernanda Mezzomo e Mahara Leges Nascimento. Muitas operações foram realizadas, senhores, algo muito acima do dever laboral. Separei apenas algumas delas aqui, porque a quantidade de atividade de polícia judiciária materializada é muito acima da média! Uma grande operação, a operação *Predador Sexual*, e um conhecido praticante de extorsão foi preso pelo 7.º Distrito. O combate à agiotagem e à extorsão sexual no mês de julho; o desmonte de uma situação gravíssima através da operação *Garantia da Ordem*, quando 36 prisões por crimes hediondos foram materializados pelo 7.º Distrito, por estes policiais que estão aqui à minha esquerda, heróis anônimos que saem de suas casas, senhores, e não sabem se retornarão. Nessa operação, membros do PCC – Primeiro Comando da Capital foram presos. Policiais, então, que se esforçaram, que lutaram e conseguiram proteger a nossa sociedade. Até agora, com o advento do envenenamento – e chamo de envenenamento porque alguém que adiciona substâncias ilícitas em bebidas é um criminoso envenenador – das bebidas tomadas por metanol, fizeram uma operação, recolhendo 350 mil garrafas que poderiam ser utilizadas, senhores, na falsificação de bebidas – 350 mil garrafas recolhidas pelo 7.º Distrito! Então, cumprimento novamente o Dr. Nasser, o Dr. Hormínio, o Superintendente Carlos Alberto, o Marquinhos e, em nome deles, cumprimento todos os policiais aqui, porque os senhores merecem ser honrados. Por isso, Sr. Líder do Governo, ofertei ao 7.º Distrito um simples



Certificado de Honra ao Mérito, pequeno perto do muito que fazem pela sociedade. Nossa muito obrigado, em nome também do Líder do Governo, pelo trabalho realizado por V.Ex.^{as}. Senhores, a segunda parte do meu discurso infelizmente não é para honrar quem merece honra. Não! Pelo contrário, é trazer verdades muito pesadas, situações – por que não dizer – catastróficas envolvendo a nossa Assembleia Legislativa. Na data de 8 de novembro de 2023, senhores – anotem essa data, Sr. Presidente –, um servidor desta Casa foi a Santa Catarina resgatar um preso, pago com o nosso dinheiro. Vou repetir: um cargo comissionado do Deputado Renato Freitas foi a Santa Catarina resgatar um preso e foi preso. É, foi preso na época! Recebia R\$ 12 mil, Sr. Líder do Governo, e foi até lá, foi até Santa Catarina resgatar um preso, foi preso em flagrante delito e continuou recebendo, porque não tomamos ciência disso. Cargo comissionado do Deputado Renato Freitas! Quem é ele? Valdecir Ferreira da Silva, preso em Santa Catarina resgatando um preso na data de 8 de novembro de 2023. Vamos lembrar da fatídica morte do Soldado Fadel no dia 31 de março de 2024. Estavamos aqui nesta Casa, abracei na época aqui dentro o Deputado Fadel, todos demos condolências ao Deputado Fadel. Por quê? Porque um parente dele havia sido assassinado, encontrado na invasão Nova Esperança. Onde estava o criminoso nesse momento? Recebendo dinheiro da Assembleia Legislativa no oitavo andar! Estava no oitavo andar, no gabinete do Deputado Estadual Renato Freitas, o assassino que matou o Policial Militar Fadel. Ora, senhores, todos nós consternados cumprimentando o Deputado Fadel e o assassino estava aqui em cima! O assassino estava aqui em cima no Gabinete do Deputado Renato Freitas! E o pior é que isso é a ponta do *iceberg*, outros cinco homicídios estão nas costas dele e vou trazê-los no seu devido tempo. Tráfico de drogas, organização criminosa, garimpagem de criptomoedas, recebendo, Sr. Presidente do Conselho de Ética, Delegado Jacovós, R\$ 12 mil por mês. Na época, o Deputado Renato Freitas, tomando ciência de que foi preso, deveria ter informado a Casa. Deveria ter informado a Casa, porque foi a Santa Catarina com um veículo do DCE da



PUC – uma Amarok – da cantina para resgatar um preso, Romanelli. Para resgatar um preso, o servidor público aqui da Casa, o mesmo que assassinou o parente do Fadel. Quando o senhor cumprimentou o Fadel naquele dia, Deputado Romanelli, e eu também cumprimentei o Deputado Fadel, o assassino estava no oitavo andar, aqui em cima, tomando café, Deputada Mara Lima, e com certeza rindo de nós, porque ele passava por esta Assembleia Legislativa me encarando; me encarava, encarava o meu assessor, o Cabelo, que é investigador de polícia, fazia cara feia. Eu achava que era uma diferença ideológica, achava que, por ele ser de esquerda e eu de Direita, ele não gostava de mim. Eu dizia para o pessoal: *Não liguem, não levem isso em consideração. Ele é abortista, nós não somos; ele é favorável ao fim da propriedade privada, porque ele faz parte de um movimento de invasões...* Mas não era isso, era um assassino bandido. E tão bandido, Deputada Mara Lima, que morreu trocando tiros com a Polícia Militar, armado com uma pistola e três carregadores. Deputado Arruda, onde estamos? Queria ver, Deputado Arruda, se 0,1% disso caísse sobre o senhor. O senhor seria manchete da *Folha de S.Paulo*, de *O Estado de S.Paulo*, do *UOL* e de outros jornais, mas o Deputado Renato Freitas é protegido pela grande imprensa. Senhores, pedi uma CPI, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurarmos toda a conduta desse servidor público aqui dentro... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Por que, Sr. Presidente? Porque ele macula a imagem de toda Assembleia Legislativa. Os fatos têm que ser apurados. O que ele realizou de atividade aqui, enquanto traficava drogas, enquanto matava pessoas, enquanto resgatava presos, precisamos apurar, sim. E fiz um pedido, Sr. Presidente, *data maxima venia*, V.Ex.^a para analisar, que é a liberação do meu porte de arma dentro da



Assembleia Legislativa, porque temos a Lei n.º 10.826, que me dá o porte de arma na parte de fora da Assembleia Legislativa, e temos uma legislação interna que me proíbe de portar a arma, Delegado Jacovós, aqui no interior da Assembleia. Considerando que dividi o andar com o assassino de pelo menos cinco mortes, traficante, chefe de organização criminosa, que foi para Santa Catarina resgatar um preso, não me sinto seguro, apesar de termos a Casa Militar, que é um exemplo. A Casa Militar daqui é um exemplo que merece os parabéns, Sr. Presidente... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Mas, infelizmente, o critério deveria partir daquele que contrata, daquele que escolhe o servidor que é demissível *ad nutum*... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): O critério deveria advir daquele que escolhe o cargo comissionado, que é demissível *ad nutum*, que é sinônimo de cargo político. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Concedo a palavra à Deputada Ana Júlia.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Boa tarde, Deputados. Boa tarde, Deputadas. Gostaria de inicialmente cumprimentar todos que acompanham esta Sessão, parabenizar pela iniciativa da Assembleia neste final de semana, na corrida, parabenizar todos os Deputados que participaram. O assunto que me traz hoje a esta tribuna é um assunto que muito tem sido comentado na Casa, que é o Projeto de ampliação das escolas cívico-militares. Esse Projeto que já foi aprovado há algum tempo na Casa e que agora tenta se expandir para as



escolas de tempo integral. Venho primeiro para rebater alguns argumentos que têm sido colocados, porque é sempre importante termos dados e é sempre importante falarmos com propriedade sobre as coisas, inclusive porque um dos oradores que me antecedeu afirmou categoricamente que as escolas cívico-militares estão com as melhores notas no Estado do Paraná. Eu queria aqui trazer um dado da própria Secretaria de Educação do Estado do Paraná e da própria imprensa do Estado do Paraná, que não coloca nenhuma escola cívico-militar entre as melhores nas notas do Ideb, não coloca nenhuma escola cívico-militar entre as melhores no Estado do Paraná. Esses dados que trazem aqui como as melhores médias no Estado do Paraná o Colégio Estadual Vila Alta, em Alto Paraíso; o Colégio Estadual de Laranjeiras do Sul; o Colégio Estadual João Arnaldo, em Toledo; o Colégio Estadual Lúcia Alves de Oliveira, em Altônia; o Colégio Estadual Lauro Tavares, em Rolândia; o Colégio Estadual Octávio Tozo, em Cascavel; e a Escola Estadual Juscelino de Oliveira, em Maringá; nenhuma dessas escolas são cívico-militares, nenhuma dessas escolas está tendo o ensino e o processo de ensino e aprendizado massacrado por uma estrutura que não é nem militar e nem civil. E aqui desfazer um engano, porque muitas vezes se fala como se os colégios cívico-militares fossem iguais aos colégios da Polícia Militar; não são! Os colégios da Polícia Militar têm pedagogia própria. Os colégios da Polícia Militar têm militares preparados e capacitados para estarem dentro do ambiente escolar. Nos colégios da Polícia Militar, sim, os pais escolhem que os filhos estudem lá; nos colégios cívico-militares, não. Acontece que muitos dos nossos Deputados não sabem como que acontece a distribuição de vagas na escola pública. Ela não é por prazer e vontade dos pais ou estudantes, ela é distribuída conforme a moradia de cada aluno, a moradia de cada estudante. Então, não é uma escolha. Se você, do lado da sua casa, tem uma escola cívico-militar, é lá que você vai estudar; nas outras, você vai entrar na fila de espera. Esse Projeto prevê algumas mudanças bem importantes no texto. Primeiro que ele libera as escolas cívico-militares para as escolas de tempo integral; depois ele



também coloca para as escolas do campo. Antes, só poderia nos municípios que tivesse ao menos duas escolas regulares; agora, basta ter uma. Isso prejudica e muito, inclusive, o direito à escolha dos nossos estudantes, mas quero aqui também trazer os absurdos que vivemos com as escolas cívico-militares que não são investigadas. Eu tenho, desde 11 de agosto,... Eu já trouxe isso na CCJ, na Comissão de Constituição e Justiça, e foi dado que teria um retorno e ainda não teve. Desde o dia 11 de agosto, tenho um Ofício encaminhado por esta Casa que está parado na Secretaria de Educação e na Secretaria de Segurança Pública, questionando um caso de tortura que se teve dentro de uma escola cívico-militar, um caso que o estudante denunciou junto com seus pais, um caso em que o estudante fez boletim de ocorrência junto com a família, porque ficou horas trancado, sendo humilhado dentro de uma sala por um militar que ali estava presente. Isso que é um absurdo, isso que é algo que não se pode tolerar. Tortura dentro das escolas não pode ser tolerada. E tenho um Ofício desde o dia 11 de agosto questionando a Secretaria de Educação para dar uma resposta, para saber o que aconteceu, para saber se esse policial foi afastado e, até agora, não tem resposta nenhuma. A última movimentação dele foi em 2 de setembro. É um absurdo não se ter resposta sobre as coisas que acontecem na educação. E daí trazer para vocês, também, que recebemos uma denúncia, em uma escola cívico-militar, de uma ata – do Colégio João Ribeiro de Camargo – que obriga os professores a fazer quantas provas forem necessárias para dar nota aos estudantes. Isso aqui é um mecanismo para burlar as métricas, para burlar os índices das escolas para que aprovem todos os estudantes sem estarem preocupados se aquele estudante está preparado para o próximo nível ou não. Fizemos um Ofício pela Lei de Acesso à Informação – porque pela Casa não tenho resposta – desde o dia 15 de outubro e também não tem movimentação perguntando se essa ata é verdadeira ou não; perguntando das demais atas que têm nas escolas cívico-militares, porque é muito grave se temos uma escola que não se preocupa com a formação dos estudantes, apenas em passá-los de ano.



Por último, quero trazer aqui os vários casos graves que temos em relação aos colégios cívico-militares. Estou falando com denúncias, com dados – não só achismo, não só vontade, mas principalmente com a materialidade do que acontece no cotidiano das nossas escolas. No dia 6 de junho de 2025, tivemos três jovens que foram agredidos e torturados no município da Lapa – já fiz esse questionamento aqui na Casa e não tive retorno. No dia 17 de junho de 2025, tivemos um caso de assédio sexual em Ponta Grossa por um monitor militar durante uma viagem da escola aqui para o município de Curitiba – também não sabemos mais o que aconteceu. Dizem que o policial foi afastado. Mas foi afastado e voltou a trabalhar normalmente? Está respondendo um processo disciplinar? Foi para outra escola? O que aconteceu? Ninguém sabe. Gente, tem outra denúncia de assédio sexual: em agosto de 2021, um policial militar aposentado foi preso após a denúncia de assédio sexual contra estudantes em um colégio cívico-militar de Francisco Beltrão. Segundo informações do caso, já vinha sendo investigado pelo Ministério Público. O caso corre agora em segredo de Justiça – certo, porque se trata de um adolescente, mas nós, enquanto Deputados, não sabemos o que está acontecendo. Não sabemos quais estão sendo as medidas tomadas para não acontecer mais em outras escolas, tendo em vista, que é em mais de dois colégios. Temos também um caso de violência física e psicológica em março de 2023. Temos várias outras na mesma linha: ameaça de violência, em 6 de Agosto de 2022, dois policiais militares aposentados foram denunciados pelo Ministério Público ameaçando violência contra um adolescente dentro da escola, dizendo que já tinha matado vários. Então, vejam, Sr.^s Deputados Sr.^{as} Deputadas, o programa existe, o programa está implementado; o mínimo que se tem que fazer agora é saber se realmente o programa funciona. E saber se o programa funciona não é vir aqui e dizer *eu gosto do programa*. Saber se o programa funciona é trazer os dados sobre o programa, é dizer se eles realmente estão entre as melhores escolas do Estado do Paraná. Porque, segundo os dados do próprio Governo, não estão. Então, se



os colégios que têm tanta denúncia de agressão, de tortura, de assédio sexual contra estudantes... Não tem resposta da Secretaria de Educação, não tem resposta do Governo e não estão entre as melhores notas, por que estão sendo expandidos? Não tem justificativa a não ser a vontade, a não ser acreditarem em algo que não tem materialidade. E daí vêm aqui dizer que quem é contra é contra única e exclusivamente por ideologia. Ora, é preciso entender o que fala a educação, os estudiosos da educação, o que fala a ciência por trás da educação. Porque a educação não é mero achismo. Processo de ensino e aprendizado não são vontades de cada um de nós. Existe estudo, existe baseamento científico, existe comparação, existe processo pedagógico. E o que a pedagogia nos fala é que as escolas precisam de autonomia, é que os estudantes precisam de autonomia, é que os estudantes precisam ter um ensino emancipador e precisam ter qualidade na educação, seja na infraestrutura, seja na liberdade de cátedra, que é fundamental para uma educação de qualidade. As escolas cívico-militares excluem os estudantes que pintam o cabelo, excluem os estudantes que eles não gostam, excluem os estudantes que têm nota baixa, tiram os estudantes, expulsam das escolas aqueles que não lhes agradam... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Isso não é processo de educação de qualidade. E gostaria muito que a gente tivesse o retorno da Secretaria de Educação sobre essas denúncias nos colégios cívico-militares. Obrigada.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Peço agora ao 1.^º Secretário, Deputado Gugu Bueno, para ler a Mensagem que acaba de chegar do Governo.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Gugu Bueno – PSD): Senhora Presidente, passo à leitura da **Mensagem n.^º 128/2025** do Governador do Estado,



encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 983/2025) que altera a Lei n.º 16.251, de 28 de outubro de 2009, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Contenda, do imóvel que especifica; **Mensagem n.º 129/2025** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 984/2025) que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Barbosa Ferraz, do imóvel que especifica; **Mensagem n.º 130/2025** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 985/2025) que prorroga, por 150 (cento e cinqüenta) dias, o mandato dos atuais Conselheiros representantes da Sociedade Civil Organizada no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná.

Era o que tínhamos.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador, agora pela Liderança da Oposição, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Senhora Presidenta, Sr.^s e Sr.^{as} Deputados, venho aqui hoje falar de um tema que está muito latente na sociedade, que é o Decreto n.º 12.686/2025 do Governo Federal, que cria a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. Primeiro aqui, reafirmar o nosso compromisso com a Apae. Das poucas emendas que tenho aqui na Casa – que a Oposição tem um pouquinho –, a maioria delas destino para as entidades, e a maioria é para várias Apaes, porque sabemos da necessidade e do trabalho que elas realizam pelo Paraná como um todo. As Apaes têm um histórico e supriram por muito tempo vários papéis que são do poder público, que outros governos não tomaram a iniciativa de resolver algumas dessas coisas, principalmente incluir políticas de atenção de educação especializada no orçamento e criar rubrica orçamentária sobre isso. O que quero falar aqui? Desse boato, que às vezes



chega a soar maldoso, de falar que o Governo do Presidente Lula vai fechar Apae. Olha, nunca na história deste País se teve tanto dinheiro para centros de atendimentos especializados, que são serviços que as Apaes prestam, como hoje. Então, entendemos que é importante o fortalecimento das Apaes. E ao mesmo tempo o Presidente fez o quê? Criou uma Política Nacional de Educação Especial inclusiva, de pessoas com deficiência, com autismo, com transtornos de habilidades e outros mais e colocou um Decreto. Esse decreto, para passar a funcionar, precisa de uma regulamentação via Portaria. Disso, tem muita gente criando fatos, mas o fato principal é que as Apaes atuam em várias políticas públicas na saúde, na educação e na assistência social. E o Decreto fala somente na questão da educação. Ponto. Um outro ponto é que esse Decreto prevê financiamento e preparação dos profissionais de apoio para dar suporte aos que mais necessitam, que mais precisam. É a tal da estrutura, que hoje se fala que a escola não tem, para receber as pessoas com deficiência ou com autismo, por exemplo. O Governo, preocupado, está criando um espaço para isso. A criança e o adolescente que não têm condições de ficarem na escola vão ser avaliados pela escola e vão continuar na Apae normalmente. Exatamente isso. A escolarização das pessoas com deficiência no ensino regular comum... tem inúmeras pesquisas e experiências que atestam seus benefícios. O Atendimento Educacional Especializado, que é chamado como AEE, preferencialmente nas escolas na rede regular de ensino, tem também a possibilidade de ampliação ao Centros de Atendimento Especializados, que já são oferecidos pela Apae. Então, o que estamos falando? No fundo, todo mundo aqui está defendendo a Apae. No fundo, aqui está todo mundo preocupado com a Apae e essa política visa garantir o direito à educação sem discriminação e com base na igualdade de oportunidade. O texto será regulamentado, como eu disse, por uma Portaria que vai definir as estruturas de governança e a implantação da PNEEI nos territórios. Portanto, gente, eu sou favorável e nós aqui Deputados do PT – todos – fizemos um requerimento pedindo para que o Ministério sente, discuta e crie um processo de



transição nesse sentido. Mas não podemos esconder que está se resolvendo um problema que há séculos... Não se coloca as pessoas com deficiência e algum tipo de transtorno no orçamento. Agora criou-se a política pública para isso, é um avanço, e nunca teve tanto recurso aportado aos Centros de Atendimento Especializados como no nosso Governo. Portanto, com todo respeito aos colegas Deputados aqui... Portanto, com todo respeito aos colegas que estão aqui que falam e que é muito válida a preocupação de todos vocês. Agora, colocar que o PT vai fechar Apae, que somos contra isso ou contra aquilo, claro que não! Queremos que a educação seja oportunizada para que crianças ou adolescentes, em condições, tenham condições de se certificar, se formar e ter um diploma e atuar no mercado. Há experiências no mundo que comprovam isso. Precisamos colocar isso: queremos, sim, diálogo, acho que o Ministério precisa sentar e discutir com mais efetividade com as entidades, os movimentos, mas não podemos achar que está cortando dinheiro da Apae e que estão querendo fechar a Apae. É um tema delicado, que exige muito respeito e jamais vamos prejudicar a Apae, porque nós que as reconhecemos e as fortalecemos no Governo Lula 1, 2, Dilma 1 – Dilma 1,5, não é, porque roubaram a outra metade do tempo de governo da Dilma – e no Lula agora 3. E vai ser no Lula 4 novamente o fortalecimento das Apaes deste País. Com aparte, a Deputada Ana Júlia.

Deputado Ana Júlia (PT): Obrigada, Deputado Arilson. Só para parabenizar o seu posicionamento e colocar a importância dele. Porque precisamos entender que educação especial e educação inclusiva no ensino regular com atendimento especializado são coisas diferentes. Temos estudantes que têm condições de estar no ensino regular com atendimento especializado e também acompanhar a educação especial. Colocar que a realidade do Estado do Paraná – e que bom que temos as Apaes – infelizmente não é a realidade do Brasil como um todo. Política pública precisa ser pensada no Brasil inteiro, política pública do Governo Federal tem que ser pensada na realidade do Brasil inteiro e não só do Estado do



Paraná. Então, nós, sim, sempre fortalecemos e vamos continuar fortalecendo as Apaes, mas também queremos garantir o direito à educação inclusiva daqueles estudantes que podem e devem estar na educação regular com atendimento especializado, com professor acompanhando, não com estagiário. E professor bem remunerado e capacitado. Então, parabéns, Deputado, pelo seu posicionamento.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Deputado Evandro.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Arilson, dá para perceber a boa intenção de sua fala, no entanto, preciso dizer: o Decreto n.º 12.686 revogou o Decreto n.º 7.611/2011 da Presidente Dilma. Este Decreto, sim, tinha uma paridade da visão de estratégia do atendimento educacional especializado na educação regular comum, que eu sou favorável, também junto com V.Ex.^a e, como aqui foi mencionado, todos defendemos a inclusão. No entanto, esse Decreto que foi revogado, o n.º 7.611, tinha clara a importância tanto técnica de financiamento estratégico dos centros de educação especializada – esse Decreto está sendo revogado. O único momento que menciona esses centros no atual Decreto é no art. 9.º, no parágrafo único, e fala que vai ter que ter uma autorização, um credenciamento e autorização do Conselho referente. A nossa preocupação é que, de uma menção contundente que tinha no Decreto n.º 7.611, esse Decreto praticamente ignora os centros especializados, e é uma Política Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Então, penso que a estratégia é refazer esse Decreto, abrir esse diálogo que V.Ex.^a está falando, que eu concordo, o diálogo é profundamente necessário. Se esse diálogo for feito, não tenho dúvida de que o Decreto será, no mínimo, modificado, Deputado Arilson. Por isso o nosso posicionamento, porque comparando uma coisa com a outra, a diferença é gritante.



DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Deputado Evandro, nós, inclusive, estamos à disposição do senhor, do Deputado Bazana, de outros Deputados que queiram discutir isso. A intenção do Decreto do Presidente Lula com essa política não pode ser distorcida. Acho, também, Deputado Bazana, temos que sentar, ouvir o que vocês estão colocando e não deixar que a Apae perca recurso algum neste momento, mas não podemos transpor esse problema por muito mais tempo. Temos que achar um modo de resolvê-lo, talvez em um período um pouco mais distante, mas tem que ser feito esse debate. Deputada Luciana e depois o senhor, Bazana.

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Deputado Arilson. É muito esclarecedora a sua fala, acho isso importante, porque o Governo Lula sempre foi o governo do diálogo e está aberto para o diálogo. Inclusive encaminhei, nesta Casa, um requerimento pedindo que seja criada uma comissão de Parlamentares aqui para fazer esse debate junto ao Ministério da Educação. Tenho certeza de que nenhum Deputado aqui concorda com o fechamento das Apaes e tenho certeza de que todos os Deputados estão preocupados realmente que a Apae continue exercendo todo esse trabalho importante que faz no nosso Estado do Paraná. Vossa Excelência traz um tema bem esclarecedor e aqui reforçar: todos estamos dispostos a discutir essa questão porque queremos o funcionamento... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para concluir.

Deputada Luciana Rafagnin (PT): ... queremos o funcionamento das Apaes tanto quanto vem fazendo hoje e temos a certeza de que o Governo Lula vai assegurar isso.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Deputado Hussein, Deputado Hussein deixa eu fazer um pedido para V.Ex.^a. O tema é a Apae, é de interesse de todos



nós, o Deputado Bazana quer um aparte, o Deputado Lemos também. Todos aqui estamos querendo ajudar nesse processo de entendimento. O senhor permite que eles falem um pouquinho na fala de V.Ex.^a?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Com o maior prazer.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Então, vou abrir espaço na fala do Líder do Governo para V.Ex.^a...

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Só que o Lemos tem que ser na velocidade dois! Um e meio já está bom.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Mas quero firmar aqui o compromisso, em nome do Partido dos Trabalhadores do Paraná, a disposição de sentar e desmistificarmos muita coisa que está sendo colocada que não condiz com a realidade e, claro, ouvir o outro lado para resolver isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Com a palavra o Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Quem vai falar primeiro? Um minuto na velocidade dois, vai!

Deputado Bazana (PSD): Posso falar, Hussein?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Então, fala! Fique à vontade.

Deputado Bazana (PSD): Agradecemos a coerência do Deputado Arilson, mas, assim como o Deputado Evandro colocou: é uma coisa que não é entendido, não é fechar as Apaes e nem as coirmãs, são escolas especializadas. O Paraná é o único estado em que todas as entidades são escolas especializadas. No Brasil, são centros de atendimento a maior parte delas. Apenas algumas nos demais



estados são escolas especializadas, Deputado Arilson. Esse Decreto traz realmente algo que nos deixa muito preocupados, que realmente coloca todos os alunos no ensino comum. Mas, como você disse, vamos abrir o diálogo, estamos abertos a isso. Acho que é um consenso. Às vezes as pessoas, falam: *Acabar com a Apae*. Não é acabar com as Apaes. Ninguém acaba com as Apaes, é com as escolas especializadas que estão dentro das Apaes e dentro das coirmãs. Mas, nesse bom senso de discussão desse Decreto, tenho certeza que chegaremos a um consenso e os estados que têm as escolas especializadas permaneçam fazendo da mesma forma que estão, sendo financiadas pelo Governo Federal, pelo Governo Estadual, para continuar esse belo trabalho que é feito. Agradecemos a parceria, obrigado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Valeu! Deputado Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT): Agradecer aqui o espaço, Deputado, e dizer que, em 2011, o Decreto que a Presidenta Dilma publicou foi precedido de um bom debate e eu pude participar daquele debate. Aquele Decreto foi importante para as escolas especializadas do Brasil, inclusive para as Apaes do Paraná. Na sequência, o Deputado Vanhoni, que era Deputado Federal, foi o Relator do Plano Nacional de Educação que está em vigor. Ele transcreveu o Decreto da Presidenta Dilma na Lei. Então, não está só no Decreto, está na Lei, no Plano Nacional de Educação que está em vigor. Portanto, esse Decreto publicado há pouco dias está em desconformidade inclusive com a Lei. Precisamos que o Presidente Lula revogue esse Decreto e que aí o Ministério da Educação, o Ministério dos Direitos Humanos convoquem os maiores interessados para o debate para fazermos algo bom para o ensino especial no Paraná e no Brasil, valorizando o que já temos e ampliando. Porque precisamos dar resposta à altura às pessoas com deficiência que precisam de escola no Brasil.



DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado. Pessoal, a primeira coisa que quero fazer aqui é dizer que a Deputada Ana Júlia em parte tem razão, e vou amanhã correr atrás para trazer as respostas que V.Ex.^a merece. Esse é um erro da nossa parte e temos que ter a humildade de reconhecer, apesar de que não foi meu, mas não pode acontecer. Um Parlamentar não pode ficar sem resposta. Quero trabalhar, porque amanhã, no máximo, quarta-feira, V.Ex.^a tenha, porque é um direito de V.Ex.^a. Dito isso, quero me reportar agora a essa questão das escolas cívico-militares, com o maior respeito que eu possa ter. Tínhamos um Projeto aqui do Deputado Arruda, que tratava da mesma questão, junto com o Deputado Litro. Eles tiveram a grandeza, ao perceber que poderia ter qualquer problema de constitucionalidade, de tirar, sem nenhuma questão pessoal, e pensar na causa maior. Foi retirado depois de estar entrando para o Plenário. O Governo mandou um Projeto para cá e quero manifestar aqui minha opinião contrária aos que me antecederam. Sou super a favor do modelo, um modelo aprovado pela sociedade paranaense, e dizer o seguinte: é simples, mas é muito simples. Em primeiro lugar, ninguém é obrigado a colocar o filho em uma escola dessa, ou é? Tem várias opções, o pai tem a condição do colégio normal, colégio agrícola, colégio regular. Ele não é obrigado a pôr. Segundo lugar, existem outras maneiras. As escolas, Deputado Romanelli, têm dois processos de votação, pode rechaçar no primeiro ou ainda rechaçar no segundo processo. Portanto, o sistema é totalmente democrático. O sistema é democrático dentro de um programa que está aprovado no Paraná. O Paraná é a favor desse Projeto. Se em algum lugar as pessoas não são a favor, respeitamos, mas o Paraná já se mostrou favorável. Todos os dias encontramos professores, pais, alunos, pedindo a implantação de mais colégios cívico-militares aqui, gente. Então, o que o Governo está fazendo? Está dando essa oportunidade, são duas votações e, se não houver a decisão, é óbvio que o secretário vai decidir. Pois não, Deputado.



Deputado Ricardo Arruda (PL): Só para colaborar, Deputado Hussein. Foi dito pela Deputada que não tem essa boa avaliação, como eu disse aqui. Saiu na Revista *Veja* o seguinte: *“As escolas cívico-militares no Paraná tiveram desempenho superior, ao das unidades da rede tradicional pública de ensino, na avaliação do Ideb, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, divulgada na última semana, segundo dados divulgados pelo Governo do Estado. De acordo com o relatório estadual da educação, 64% das unidades no modelo militar tiveram alta no índice na categoria do ensino médio, entre 2021 e 2023”*. Então, o que eu disse aqui é verdade. A escola cívico-militar realmente teve um resultado melhor do que a escola tradicional e está dito pela Secretaria do Paraná, dito aqui saiu na Revista *Veja*.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): É importante ressaltar que é um órgão federal que faz a avaliação do Ideb, não é o Paraná, não somos nós mesmos que fazemos. Então, evidentemente...

Deputada Ana Júlia (PT): Deputado, um aparte só para esclarecer? Só para dizer que elogiei a educação do Estado do Paraná. As escolas que foram, segundo os dados da imprensa da Seed e da imprensa do Paraná, mais bem avaliadas não são as escolas cívico-militares, são as escolas regulares. Dados da Secretaria de Educação, do Ideb, do Governo Federal, portanto, dados oficiais e não da Revista *Veja*.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Está bom, mas isso foi dito. Quero só dizer que vamos votar em primeiro turno aqui. Quero pedir o apoio dos colegas e das colegas Deputadas. Inclusive, daqui a pouco teremos uma PEC. Os colegas que ainda possam estar em seus gabinetes, todos sabem que são necessários 33 votos favoráveis. Temos uma PEC da Polícia Civil, que trata da possibilidade de prova oral. Mas, respeitosamente, quero dizer que vamos aprovar, se Deus quiser com o apoio de todos, esse Projeto. As emendas que vão entrar agora, vamos



fazer uma avaliação de hoje para amanhã da possibilidade de poder acatar alguma ou não. Para finalizar, quero dizer que é impressionante o número de veículos emplacados no Paraná, cresceu 34,2% depois do anúncio e da aprovação do nosso Projeto. Vejam o que é uma atitude, um gesto, do Governo do Paraná. Quero também finalizar dizendo que, durante a semana, teremos ainda alguns projetos importantes, mas vou tratar disso amanhã. Obrigado.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Senhor Presidente! Um requerimento de pedido de explicações, tendo em vista a fala do Deputado Tito Barichello há pouco aqui nesta tribuna...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vossa Excelência quer se inscrever nas explicações pessoais?

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Exato.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Após a Ordem do Dia, V.Ex.^a está inscrito. **Passamos à Ordem do Dia.**

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Doutor Antenor (PT), Doutor Leonidas (CDN), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson



de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Jairo Tamura (PL), Luciana Rafagnin (PT), Luís Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mauro Moraes (UNIÃO), Matheus Vermelho (UNIÃO), Maria Victória (PP), Marcelo Rangel (PSD), Marcio Pacheco (PSD), Secretária Márcia (PSD), Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Paulo Gomes da TV (PP), Professor Lemos (PT), Requião Filho (PDT), Renato Freitas (PT), Ricardo Arruda (PL), Reichembach (PSD), Samuel Dantas (SD), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Bührer (UNIÃO) **(48 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa:** Batatinha (MDB) (Req. 2946 - Art. 104, inciso V, e § 5º, do Regimento Interno) **(1 Parlamentar)** **Deputados ausentes sem justificativa:** Cobra Repórter (PSD), Mabel Canto (PP), Marli Paulino (SD), Ney Leprevost (UNIÃO) e Soldado Adriano José (PP) **(5 Parlamentares).**]

Solicito à 2.ª Secretaria que proceda à leitura das proposições protocoladas, para conhecimento dos Deputados.

SR.ª 2.ª SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria – PP): Sim, Sr. Presidente.

Projetos regularmente protocolados pelos Senhores Deputados.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 969/2025**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o título de utilidade pública ao Instituto São José de Viola Caipira, com sede no município de Campo Mourão; **Autuado sob o n.º 970/2025**, da Deputada Marli Paulino, que insere no calendário oficial de eventos turísticos do Paraná a Expo Motorhome, realizada anualmente no município de Pinhais, no mês de novembro; **Autuado sob o n.º 971/2025**, do Deputado Evandro Araújo, que altera a Lei n.º 21.743, de 10 de novembro de 2023, que estabelece preceitos para implantação de campanhas estaduais destinadas ao desenvolvimento das potencialidades de educandos com altas



habilidades/superdotação na rede de ensino pública do Estado do Paraná, para incluir ações voltadas a área da cultura, arte, literatura e esportes; **Autuado sob o n.º 972/2025**, do Deputado Anibelli Neto, que concede o título de utilidade pública à Associação dos Técnicos em Agropecuária de Salto do Lontra, com sede no município de Salto do Lontra; **Autuado sob o n.º 973/2025**, do Deputado Marcelo Rangel, que institui o Dia Estadual do Pão, no âmbito do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 974/2025**, do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre cadastro voluntário de propriedades rurais e rede de alertas entre produtores cadastrados, fortalecendo a segurança no campo no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 975/2025**, da Deputada Cantora Mara Lima, que dispõe sobre a notificação de vítimas de violência doméstica e familiar acerca dos atos processuais relativos ao agressor; **Autuado sob o n.º 976/2025**, da Deputada Marli Paulino, que institui o Dia do Gari, a ser celebrado anualmente em 16 de maio; **Autuado sob o n.º 977/2025**, da Deputada Marli Paulino, que institui o Dia do Psicólogo, a ser celebrado anualmente em 27 de agosto; **Autuado sob o n.º 978/2025**, do Deputado Ricardo Arruda, que dispõe sobre a garantia de continuidade, autonomia e funcionamento das entidades especializadas em educação para pessoas com deficiência no Estado do Paraná, em especial as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAES, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 979/2025**, do Deputado Soldado Adriano José, que institui o Dia Estadual do Carro Antigo, a ser comemorado no dia 22 de junho; **Autuado sob o n.º 980/2025**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o título de utilidade pública à Associação Projeto Bicho, com sede no município de Bandeirantes; **Autuado sob o n.º 981/2025**, do Deputado Anibelli Neto, que concede o título de utilidade pública ao Centro de Tradições Gaúchas Desgarrados do Pago, do município de Pontal do Paraná; **Autuado sob o n.º 982/2025**, do Deputado Ricardo Arruda, que concede ao município de Araruna o título de Capital da Fabricação de Máquinas Para Espumação.



Projeto de Resolução: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 14/2025**, da Comissão Executiva, que institui a Rede Estadual de Educação Legislativa, com o objetivo de integrar e fortalecer as escolas do legislativo municipais, estimular a criação de novas escolas legislativas municipais e promover ações de formação, capacitação e educação legislativa.

Eram esses os Projetos, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – Proposta de Emenda à Constituição n.º 1/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 45/2025, que acrescenta o § 6.º ao art. 47 da Constituição do Estado do Paraná, a fim de possibilitar a realização de prova oral de caráter eliminatório para ingresso na Carreira de Delegado de Polícia Civil. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça; Comissão Especial de Reforma à Constituição. Em discussão a PEC. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pessoal, por favor, temos uma PEC da Polícia Civil. São necessários no mínimo 33 votos. Pediria que nossos Deputados que compõem a Base que pudéssemos ter atenção de votar. O voto é “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADA SECRETÁRIA MÁRCIA (PSD): *Pela ordem, Sr. Presidente.*



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem, Deputada Márcia.*

DEPUTADA SECRETÁRIA MÁRCIA (PSD): Enquanto os nossos colegas Deputados votam a PEC, quero anunciar a presença na nossa plateia, da Jaqueline Karen Lima Javorski, que foi a nossa campeã geral feminina da Corrida da Alep ontem em cinco quilômetros. Ela é de Rio Branco do Sul e vem acompanhada pelo Vereador Du Bittencourt. Agradecer na sua pessoa, Presidente, toda a Mesa diretiva da Casa, por essa iniciativa da Corrida da Alep. Parabéns à nossa campeã e ao nosso Presidente por essa iniciativa de apoiar o esporte e a corrida.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): *Pela ordem, Sr. Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem, Deputado Tito Barichello.*

DEPUTADO DELEGADO TITO BARRICELLO (UNIÃO): Senhor Presidente, esta Proposta de Emenda Constitucional que está em votação agora é imprescindível para a nossa sociedade e para a Polícia Civil. Está de parabéns V.Ex.^a, está de parabéns o Líder do Governo. Por quê? Fui Delegado em Minas Gerais, lá tínhamos prova oral, aqui não temos. Concurso para a Magistratura, Ministério Público, todos com prova oral e estávamos despidos dessa possibilidade de verificação da capacidade de comunicação dos candidatos. Obviamente que o Estado tem que escolher os melhores para representá-lo. Então, V.Ex.^a está de parabéns, o Líder do Governo está de parabéns. Estamos nos aproximando, sem dúvida alguma, do modelo da Magistratura, do Ministério Público e da Procuradoria. Obrigado, Sr. Presidente.



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Secretária Marcia, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (45 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Batatinha, Cobra Repórter, Mabel Canto, Marli Paulino, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Samuel Dantas e Soldado Adriano José (9 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a PEC n.º 1/2025.**

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 106/2025, de autoria da Deputada Ana Júlia, que concede o título de utilidade pública à Associação Emaús, com sede no município de Curitiba. Não foi apresentada Emenda de Redação. **Está dispensada a votação.**

Os Itens 3, 4, 5, 6 e 7, faremos votação agrupada.

ITEM 3 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 809/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 100/2025, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação e a transferência dos trechos rodoviários que especifica ao município de Toledo. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.



ITEM 4 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 834/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 105/2025, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação e a transferência do trecho rodoviário que especifica ao município de Flórida. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 5 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 835/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 106/2025, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação e a transferência do trecho rodoviário que especifica ao município de Araruna. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 6 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 836/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 107/2025, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação e a transferência do trecho rodoviário que especifica ao município de Sertaneja. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 7 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 888/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 113/2025, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação e a transferência dos trechos rodoviários que especifica ao Município de Goioxim. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Em discussão os Projetos. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Oposição encaminha voto “sim”.



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem,* Deputado Traiano.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD): Apenas para avisar os Sr.^s Deputados que compõem a Comissão de Constituição e Justiça: após o término da Sessão, teremos uma Sessão Extraordinária.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam o Deputado Marcio Pacheco, o Deputado Matheus Vermelho? Como vota o Deputado Tito Barrichello? Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Secretária Marcia, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (44 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Ana Julia, Arilson Chiorato, Batatinha, Cobra Repórter, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Ney Leprevost e Soldado Adriano José (10 Deputados).]** Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**

ITEM 8 – 1.^º Turno do Projeto de Lei n.^º 607/2024, de autoria da Deputada Maria Victoria, que dispõe sobre diretrizes para o incentivo à economia circular da água



no Estado do Paraná – Água Renovável. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, na forma do substitutivo geral; Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais; Comissão de Defesa do Consumidor. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “sim” para os que não votaram ainda.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PP): O meu painel aqui não está votando, voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação.
[*Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Secretária Marcia, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (45 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Ana Julia, Batatinha, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Mabel Canto, Marli Paulino, Ney Leprevost e Soldado Adriano José (9 Deputados).]* Com



45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 607/2024.**

Os Itens 9, 10 e 11, faremos votação agrupada.

ITEM 9 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 877/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 110/2025, que altera a Lei n.º 20.797, de 18 de novembro de 2021, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Rio Azul, do imóvel que especifica. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 10 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 878/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 111/2025, que autoriza o Poder Executivo, por intermédio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná, a efetuar a doação, ao município de Flor da Serra do Sul, do imóvel que especifica. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 11 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 918/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 114/2025, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Piraquara, do imóvel que especifica. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Em discussão os Projetos. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Oposição encaminha voto “sim”.



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Secretária Marcia, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (41 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Ana Julia, Arilson Chiorato, Batatinha, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Gugu Bueno, Mabel Canto, Marli Paulino, Ney Leprevost, Renato Freitas e Soldado Adriano José (13 Deputados).]* Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**

ITEM 12 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 937/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 126/2025, Regime de Urgência, que altera a Lei n.º 21.327, de 20 de dezembro de 2022, que institui o Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Educação; Comissão de Segurança Pública.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado, vamos votar os Requerimentos, V.Ex.^a encaminha após?

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Sim.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Então, há dois Requerimentos (**Requerimento n.º 2964/2025**, dos Deputados Ana Júlia, Arilson



Chiorato, Dr. Antenor, Goura, Professor Lemos e Luciana Rafagnin, solicitando a retirada do Projeto de Lei n.º 937/2025 pelo prazo de uma Sessão; e **Requerimento n.º 2965/20285**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando o adiamento da discussão do Projeto de Lei n.º 937/2025 pelo prazo de uma Sessão) solicitando adiamento do Projeto por uma Sessão. Como os dois Requerimentos têm o mesmo objeto, vamos votar os Requerimentos em bloco. Em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): “Não”. “Não” é “não”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, por se tratar de um tema delicado, que tem muita falta de informação perante a sociedade, a Oposição está pedindo o adiamento para obtermos mais informação. É essa a necessidade desse Requerimento. Votamos “sim” ao Requerimento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Repito aos colegas que o voto é “não”. E não errem, é “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:
[Votaram Sim: Ana Julia, Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Mauro Moraes, Professor Lemos, Renato Freitas e Requião Filho (10 Deputados); Votaram Não: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Reichembach, Ricardo



*Arruda, Samuel Dantas, Secretária Marcia, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (36 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Batatinha, Cobra Repórter, Fabio Oliveira, Mabel Canto, Marli Paulino, Ney Leprevost e Soldado Adriano José (8 Deputados).] Com 10 votos favoráveis e 36 votos contrários, **estão rejeitados os Requerimentos.***

Votaremos agora o Projeto. Para discutir, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, quero cumprimentá-los, ao tempo que cumprimento toda a população que acompanha a nossa Sessão. Este Projeto contraria o que estabeleceu a Lei n.^º 21.327/2022, que instituiu as escolas cívico-militares no Paraná. Por que a Lei de 2022 retirou as escolas em tempo integral do programa cívico-militar? Pelo entendimento de que essas escolas em tempo integral têm outro projeto, outro objetivo, e não podem coexistir no mesmo espaço projetos distintos, antagônicos. Portanto, o Projeto aprovado aqui originalmente proíbe que, nas escolas em tempo integral se implante o modelo cívico-militar. Porque a escola em tempo integral desperta a criatividade, trabalha para a formação plena da pessoa, daquele estudante. Além de trabalhar os conteúdos do currículo normal para a formação, amplia – porque tem mais tempo. Tem música, tem dança, tem teatro, tem vários outros conteúdos sendo apresentados. E há liberdade. Os estudantes ali, cada um corta o cabelo como quer, cada estudante ali veste a roupa como deseja vestir – evidentemente para frequentar a escola. O estudante ali tem liberdade para criar, para também contribuir com a sua própria aprendizagem, sendo valorizado o aprendizado que ele já tem, que ele traz de casa. Então, ele tem um ambiente diferenciado. A proposta da escola em tempo integral é diferente da proposta da escola cívico-militar. Então, nós, quando observamos esta proposta aqui, já verificamos que não tem acolhimento lá na comunidade! Os diretores e diretoras, a comunidade escolar que hoje trabalha com escola em



tempo integral estão muito preocupados com este Projeto aqui. Até porque este Projeto vai além, ele diz que, se não tiver quórum, pode ser implementado mesmo sem a decisão favorável da comunidade. É bom lembrar que o quórum apresentado, inclusive para as escolas parceiras, foi de 50%. Nem no Reino Unido, nem na Inglaterra, se faz eleição para Presidente da República, como o voto não é obrigatório, não dá 50%! Não dá 25% de comparecimento! Nem pra escolher Presidente da República! Onde dá mais do que 50% de comparecimento? Quando o voto é obrigatório, para escolher um Presidente da República, um Prefeito, um Governador. Mas, onde o voto não é obrigatório, é muito difícil atingir 50%. Também está neste Projeto que tem que dar quórum. Depois, quem define o quórum é uma Resolução do Secretário, como ele definiu para escolas parceiras, entregando escolas para a iniciativa privada administrar. Apenas 11% daquelas que deu quórum solicitaram... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir, Deputado.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para concluir. Solicitaram escola parceira, mas aí, naquelas que não deu quórum, eles implementarem igual, como se a comunidade tivesse escolhido. Então, tem problema... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado, para concluir, porque não há um minuto em processo de discussão.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Concluindo então, Presidente. Dizer que somos contra este Projeto porque ele é contrário ao projeto de educação em tempo integral.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Para encaminhar, Sr. Presidente.



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para discutir, Deputado Tito, posteriormente Deputado Marcio.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Deputado Anibelli também.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado Anibelli também.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Senhor Presidente e Sr.^s Deputados, as escolas cívico-militares representam uma vitória desta Assembleia Legislativa e de toda a sociedade. Tenho uma rede social, *Instagram*, *Facebook* e *TikTok*, que chega a quase 9 milhões de visualizações e o número, Sr. Líder do Governo, de pessoas que me pedem vagas em escolas cívico-militares é enorme. Muitas pessoas desejam estudar em escolas cívico-militares, transferir das escolas tradicionais para as escolas cívico-militares. As escolas cívico-militares que visito são organizadas, os alunos obedientes, os pais satisfeitos e os próprios alunos satisfeitos. Infelizmente, como eu disse, vivemos uma inversão de valores, pessoas sobem a esta tribuna para defender aquilo que precisa ser mudado e aquilo que não é tão bom quanto uma escola cívico-militar. O nosso Governador do Estado está de parabéns, esta Assembleia Legislativa está de parabéns. Por quê? Porque, comparativamente às escolas normais, é a separação do joio do trigo que está no Evangelho de Mateus. Não dá para comparar, com todo o respeito. Nas escolas cívico-militares existe inclusive, Deputado Arruda, a questão tradicional de um policial fazendo segurança, que é aquilo que sempre foi almejado pelas escolas. Então, temos segurança, temos estrutura, temos o ensino dado, temos a obediência e não temos ali muitas vezes, o que não é normal, infelizmente, a inserção de pequenos traficantes vendendo drogas, promiscuidade e outras atividades que não deveriam estar presentes em escolas. As escolas cívico-militares representam uma vitória para toda a cidade paranaense. Estão de parabéns V.Ex.^{as} por terem aprovado em momento anterior e, mais uma vez,



precisamos cada vez mais de escolas cívico-militares, e em tempo integral, Sr. Líder do Governo, porque isso faz a diferença para a nossa sociedade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para discutir, Deputado Anibelli Neto.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Obrigado, Presidente. Quero, sim, encaminhar o voto com certeza “sim”. Em dezembro de 2022, esta Casa votou a questão favorável dos colégios cívico-militares. Este Parlamentar, entendendo que era importante dar respeito, hierarquia e disciplina, votou favorável. Hoje isso é uma realidade. Portanto, esta oportunidade que o Governo do Estado faz de se abrir para o ambiente acadêmico, o ambiente escolar, a possibilidade de os colégios integrais se tornarem cívico-militares é mais do que benéfica e não tenho nenhuma dúvida, voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para discutir, Deputado Marcio Pacheco.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PP): Presidente, primeiro quero..., já fiz isso nas Comissões, quero mais uma vez cumprimentar o Governador Ratinho Junior por este gesto de melhorar o que já é muito bom no Estado do Paraná. Não é à toa que o Estado do Paraná já tem a melhor educação do Brasil. E isso é uma certeza que acontece a partir também do belo exemplo que são os colégios cívico-militares, por todo protagonismo que têm tido no nosso Estado do Paraná. É uma decisão democrática, são os pais e a comunidade escolar que decide se quer ou não essa iniciativa na sua comunidade, no seu bairro. O que o Governador propõe agora é melhorar o que já aprovamos, dar o direito aos pais que querem, às famílias que querem, que os seus filhos possam ter, sim, esse excepcional formato de ensino, que é na qualidade do ensino e que é também melhorado na



segurança, porque temos monitores que são policiais militares. Então, tem o nosso apoio incondicional. É uma bela iniciativa! O Paraná é vanguarda na educação e vai continuar sendo. Voto “sim” pelo ensino integral nos colégios cívico-militares do Estado do Paraná. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço a todos os colegas o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Voto “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): E o nosso é “sim”.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): A Bancada do Republicanos indica o voto “sim”.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): A Bancada do PSD indica o voto “sim”.

DEPUTADO GILSON DE SOUZA (PL): A Bancada do PL indica voto “sim” também.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A bancada em defesa da escola pública indica voto “não”.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): O Bloco Podemos/PSB/Cidadania vota “sim”.



DEPUTADO PAULO GOMES TV (PP): A Bancada do Partido Progressista – PP indica voto “sim”.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): A Liderança do MDB pede o voto “sim”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): A melhor educação do Brasil, voto “sim”. E votem aí, porque tem Deputado que não votou!

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como vota o Deputado Moacyr Fadel, o Deputado Vilmar Reichembach, o Deputado Tito Barrichello, o Deputado Fabio Oliveira? Deputado Jairo Tamura, como vota? Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Reichembach, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Secretária Marcia, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (38 Deputados); Votaram Não: Ana Julia, Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Professor Lemos, Renato Freitas e Requião Filho (8 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Batatinha, Cobra Repórter, Jairo Tamura, Mabel Canto, Marli Paulino, Ney Leprevost e Soldado Adriano José (8 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e 8 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei n.º 937/2025.**

Os Itens 13 e 14, faremos votação agrupada.

ITEM 13 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 458/2025, de autoria do Deputado Professor Lemos, do Deputado Gugu Bueno, do Deputado Batatinha e do



Deputado Marcio Pacheco, que insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Show Rural Coopavel, realizado em Cascavel/PR. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

ITEM 14 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 674/2025, de autoria do Deputado Soldado Adriano José, que inclui no Calendário Oficial do Estado do Paraná o Dia da Agricultor e dá outras providências. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Em discussão os Projetos. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, nosso grande corredor, Deputado Alexandre Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Senhor Presidente, só queria registrar aqui a presença da minha amada Vanilda, que está aqui no Plenário hoje, com a prima Deise e a tia Fátima, que estão aqui nos visitando. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Estava vendo o tempo aqui, Deputado Amaro; V.Ex.^a fez três vezes a mais o tempo da vencedora.



DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Isso mostra que estou muito bem, hein! Não, ela falou para mim que fez 22 e no meu tempo lá está 39! Está tendo algum erro aí!

DEPUTADO MATHEUS VERMELHO (PP): O Deputado Amaro é mais artes marciais e tal, jiu-jitsu, tatame...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Secretária Marcia, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (40 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Batatinha, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Goura, Gugu Bueno, Jairo Tamura, Mabel Canto, Marli Paulino, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Renato Freitas e Soldado Adriano José (14 Deputados).]* Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**

ITEM 15 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 799/2025, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que concede o título de utilidade pública à Associação Aquecendo Corações Curitiba, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.



DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição pede voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Marcelo Rangel.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Enquanto os nossos Deputados estão votando, quero registrar a presença do Subsecretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Inteligência Artificial do Estado do Espírito Santo, que está visitando a Assembleia Legislativa do Paraná. Seja bem-vindo, Subsecretário Jales.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: [*Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Nelson Justus, Paulo Gomes, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Secretária Marcia, Tercílio Turini e Thiago Bührer (37 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Batatinha, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Flavia Francischini, Gugu Bueno, Jairo Tamura, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas e Soldado Adriano José (17 Deputados).]* Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 799/2025.**



(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 2950/2025, do Deputado Hussein Bakri, requerendo a dispensa de interstício para discussão e votação da PEC n.º 01/2025, de autoria do Poder Executivo. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Aprovado o Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 2967/2025, do Deputado Hussein Bakri, requerendo a dispensa da Redação Final dos Projetos de Lei n.º 809/2025, 834/2025, 835/2025, 836/2025 e 888/2025. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Aprovado o Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 2957/2025, da Deputada Flávia Francischini, solicitando o envio de expediente ao II.^{mo} Sr. Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra (IAT), requerendo informações e estudo de viabilidade para flexibilização das normas de distanciamento mínimo para as instalações de Avicultura e Suinocultura destinadas a pequenos agricultores e criadores no Estado do Paraná;

Requerimento n.º 2958/2025, do Deputado Arilson Chiorato, requerendo informações à Secretaria de Estado da Educação, acerca de denúncias de Assédio Moral contra Educadores (as) do Colégio Estadual Dirce de Aguiar Maia, no município de Maringá, sob gestão do programa Parceiro da Escola;

Requerimento n.º 2960/2025, dos Deputados Ana Júlia, Requião Filho, Arilson Chiorato e Professor Lemos, requerendo informações e providências acerca de caso da Professora que atentou contra a própria vida no Colégio Estadual na cidade de Maringá; **Requerimento n.º 2968/2025**, do Deputado Requião Filho,



solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Comunicação - Secom, Sr. Cleber Mata, requerendo esclarecimentos dados, cronograma de desembolso e pagamentos dos serviços de publicidade, mídia e divulgação sobre o(s) contratos (s) de publicidade, veiculação de mídia e contratos de patrocínio firmados no âmbito do Governo de Estado, Secretaria da Comunicação e empresas parceiras, relacionadas de forma direta e indireta com a campanha Verão Maior Paraná 2025/2026. **Conforme acordo do Líder do Governo com os autores, serão encaminhados como envio de expediente.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 2899/2025, do Deputado Cobra Repórter, solicitando a reimpressão do envio de menção honrosa conforme Requerimento n.º 2641/2024 para a Catedral Diocesana de Apucarana; Geral do Município de Guarapuava; **Requerimento n.º 2900/2025**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro e o envio de menção honrosa pela realização do 33.º aniversário do Assentamento 27 de outubro com sede em Coronel Domingos Soares; **Requerimento n.º 2901/2025**, da Deputada Cristina Silvestri, solicitando o registro e o envio de menção honrosa ao Colégio Estadual Professor Pedro Carli; **Requerimentos n.ºs 2903 a 2908, 2910, 2913, 2915 e 2917 a 2921/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: William Roberto de Lima, ocorrido em 29 de agosto; Olga Caiado, ocorrido em 14 de setembro; Divanil Mancini, ocorrido em 21 de setembro; Nelson Ibrahim Maluf El Hage, ocorrido em 21 de setembro; Robson Trevisani, ocorrido em 24 de setembro; Gabriel Maccagnani Carazzai Junior, ocorrido em 1.º de outubro; Iroze Benck Picanço, ocorrido em 29 de setembro; Adoaldo Lenzi, ocorrido em 3 de outubro; João Carlos Silva Araújo, ocorrido em 5 de outubro; Cláudio José Wozniak, ocorrido em 12 de outubro; Ernani Costa



Straube, ocorrido em 16 de outubro; Ibrahim Faiad, ocorrido em 14 de outubro; Padre Miguel, ocorrido em 12 de outubro; e Waldyr Pedro Xavier Tavares, ocorrido em 13 de outubro; **Requerimentos n.ºs 2911, 2912, 2914 e 2916/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de louvor e congratulações para: Escola Municipal Dom Bosco, pelos 60 anos de existência; Grupamento de Bombeiros de Santa Felicidade em Curitiba, em reconhecimento à atuação exemplar de seus integrantes e à importância de sua presença no bairro de Santa Felicidade, em Curitiba; Escolinha de Triathlon Formando campeões, pelos 10 (dez) anos de existência; e SAES & Associados Administradora, pela passagem de seus 8 anos de fundação; **Requerimento n.º 2922/20254**, do Deputado Batatinha, solicitando o envio de expediente ao Ex.^{mo} Sr. Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, encaminhando ofício n.º 001/2025 da Câmara Municipal de Nova Aurora, que solicita gestões para a estadualização do trecho rodoviário que liga a Comunidade Palmital ao Distrito de Marajó, no município de Nova Aurora; **Requerimento n.º 2923/2025**, da Deputada Flávia Francischini, solicitando o envio de votos de louvor com menção honrosa aos homenageados da Força Aérea Brasileira (CINDACTA II), em reconhecimento à sua dedicação, compromisso e inestimável contribuição para o desenvolvimento e fortalecimento da Aviação Brasileira; **Requerimentos n.ºs 2924 e 2940/2025**, da Deputada Secretária Márcia, solicitando o registro e o envio de menção honrosa: às Sr.^{as} e Sr.^s relacionados, em virtude da Sessão Solene em homenagem aos “50 anos do Coren - “ Conselho Regional de Enfermagem”, que ocorrerá no dia 31 de outubro, a partir das 9h, no Plenário desta Casa de Leis; e à Sr.^a Jaqueline Karen Lima Javorsky, em virtude de ter sido vencedora, conquistando o 1.^º lugar nos 5 Km, na categoria feminina, da 1.^a Corrida da Assembleia Legislativa do Paraná, ocorrida em 26 de outubro; **Requerimento n.º 2925/2025**, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o registro e o envio de menção honrosa à Sr.^a Araci Asinelli Luz, em reconhecimento à valiosa contribuição prestada ao fortalecimento e à continuidade do PROERD; **Requerimentos n.ºs 2926, 2927, 2930 e**



2931/2025, da Deputada Marli Paulino, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa: à Sr.^a Dra. Ana Paula Stachuk Geraldo, cirurgiã – dentista especialista em Prótese Odontológica e Harmonização Orofacial; à Sr.^a Dra. Flávia Vetter, cirurgiã-dentista, Mestre e Doutoranda em Odontologia, especialista em Prótese Dentária e Odontologia; ao Sr. Gustavo Henrique Fregonezi Miguel, pela destacada trajetória profissional e contribuição ao desenvolvimento da Hotelaria e do Turismo no Estado do Paraná e no Brasil; ao Sr. Waldir Miguel, pelo destaque, competência e contribuição ao desenvolvimento do Setor Hoteleiro Paranaense e Nacional; **Requerimentos n.os 2928 e 2929/2025**, do Deputado Hussein Bakri, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa: à Professora Angrenni Simone da Silveira Assunção, de União da Vitória, premiada com a 1.^a colocação no Programa Agrinho; à Prefeitura do município de Mercedes, pela conquista do 13.^º Prêmio Gestor Público Paraná; **Requerimento n.º 2932/2025**, do Deputado Denian Couto, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa em homenagem às personalidades relacionadas, pela enorme contribuição à segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar que cada um, por meio da entidade que representa, fomenta e desenvolve no município de Guaratuba, promovendo o fortalecimento do município; **Requerimento n.º 2933/2025**, dos Deputados Márcio Pacheco e Gugu Bueno, requerendo o envio de votos de louvor e congratulações com menção honrosa à cascavelense Juliane Suellem Vieira dos Reis, em reconhecimento à coragem e altruísmo no evento ocorrido em 15 de outubro em Cascavel e aos demais envolvidos na Operação de resgate; **Requerimento n.º 2934/2025**, do Deputado Delegado Tito Barichello, requerendo o envio de votos de congratulações com menção honrosa, aos valorosos policiais relacionados, pelos brilhantes serviços prestados no combate, enfrentamento ao crime organizado e proteção à população paranaense; **Requerimento n.º 2935/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de louvor e



congratulações aos Cirurgiões-Dentistas do Estado do Paraná, em alusão ao Dia do Cirurgião-Dentista, celebrado em 25 de outubro, como forma de reconhecer o valor essencial de sua atuação na promoção da saúde bucal, na prevenção de doenças e na melhoria da qualidade de vida da população paranaense; **Requerimentos n.ºs 2936 e 2937/2025**, do Deputado Batatinha, solicitando a correção: do nome do registro de envio de menção honrosa ao Guarda Municipal Alessandro Jardel de Paula, por ocasião do Dia Nacional das Guardas Municipais; e ao homenageado, para constar Maciel Rafael da Costa, em substituição à grafia utilizada, Rafael Maciel da Costa, técnico em Enfermagem do Hospital Universitário do Oeste do Paraná- HUOP; **Requerimento n.º 2938/2025**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa aos atletas paralímpicos de atletismo Vinicius Cabral e Edileusa dos santos, e sua treinadora Silmara França; **Requerimento n.º 2939/2025**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o envio de expediente ao Superintendente Regional do DNIT, Sr. Hélio Gomes da Silva Junior, requerendo a instalação de redutores de velocidade na BR-369, município de Andirá, conforme especifica; **Requerimentos n.ºs 2941 e 2954/2025**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando: envio de votos de louvor com menção honrosa ao Delegado Leonardo Queirós Araujo e equipe da 17.ª Delegacia Regional de Polícia de Cruzeiro do Oeste, da Polícia Civil do Paraná, responsáveis pela Operação Rastro Oculto que culminou na desarticulação da Organização Criminosa voltada ao furto de gado na Região Noroeste do Estado; e ao Maestro Armando Caaraüra e ao Poeta Daniel Maurício, pela instalação da Sucursal do Estado do Paraná e posse de novos Acadêmicos da Academia de Artes, Ciências e Letras do Brasil, em Curitiba; **Requerimento n.º 2953/2025**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o envio de expediente à Superintendente Regional do Escritório Norte Pioneiro do DER/PR, Eng.^a Sr.^a Ana Carolina Pazzoto Abe, requerendo providências de manutenção na Rodovia PR-436, nos trechos que especifica; **Requerimento n.º 2955/2025**, do Deputado



Cobra Repórter, requerendo informações e providências quanto aos Impactos do Decreto n.º 12.686, de 20 de outubro de 2025 sobre as APAES e demais escolas especializadas do Estado do Paraná; **Requerimento n.º 2956/2025**, do Deputado Fábio Oliveira, solicitando o envio de expediente ao II.^{mo} Diretor-Presidente da CCR PR Vias, Sr. Keller Rodrigues conforme específica; **Requerimento n.º 2959/2025**, da Deputada Flávia Francischini, solicitando o envio de votos de louvor com menção honrosa ao Chefe do Centro Operacional Integrado do Cindacta II, Tenente Coronel Cta Fábio Nunes de Oliveira, em reconhecimento à sua dedicação, compromisso e inestimável contribuição para o desenvolvimento e fortalecimento da Aviação Brasileira; **Requerimento n.º 2961/2025**, do Deputado Matheus Vermelho, solicitando o envio de expediente à Diretoria do Grupo EPR Iguaçu, requerendo providências quanto às condições da BR-277 no perímetro urbano de Medianeira; **Requerimento n.º 2962/2025**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Hospital do Câncer de Londrina, pelos 60 anos de dedicação à vida, pelo carinho e os cuidados ao ser humano, pelos avanços na saúde pública; **Requerimento n.º 2963/2025**, dos Deputados Alexandre Curi, Evandro Araújo, Cristina Silvestri, Doutor Leônidas, Matheus Vermelho, Anibelli Neto, Moacyr Fadel, Jairo Tamura, Gilberto Ribeiro, Marcelo Rangel, Cobra Repórter, Flávia Francischini, Hussein Bakri, Ricardo Arruda, Alexandre Amaro, Mabel Canto, Secretária Márcia, Denian Couto, Reichenbach, Alisson Wandscheer, Luiz Cláudio Romanelli, Professor Iemos, Márcio Pacheco, Batatinha, Bazana, Clora Pinheiro, Marli paulino, Luiz Fernando guerra, Tercílio Turini, Adão Litro, Delegado Jacovós, Gilson de Souza, Tiago Bührer, Mauro Moraes, Fábio Oliveira, Delegado Tito Barichello, Maria Victória e Luís Corti, solicitando o registro e o envio de Moção de Apoio ao Congresso nacional, manifestando apoio à aprovação do projeto de Decreto Legislativo n.º 845/2025, que susta os efeitos do Decreto Federal n.º 12.686, de 20 de outubro de 2025.



Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 2902/2025**, dos Deputados Moacyr Fadel e Luís Corti, requerendo a coautoria do Deputado Moacyr Fadel como coautor do Projeto de Lei n.º 888/2023, de autoria do Deputado Luís Corti; **Requerimento n.º 2943/2025**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, requerendo a indicação do Deputado Artagão Junior como membro titular e o Deputado Luiz Claudio Romanelli como membro suplente, bem como da Deputada Secretária Márcia como membro titular e do Deputado Cobra Repórter como membro suplente, para comporem o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa de Leis; **Requerimento n.º 2947/2025**, dos Deputados Luís Corti e Delegado Tito Barichello, requerem a inclusão do Deputado Luís Corti como coautor do Projeto de Lei n.º 586/2025, de autoria do Deputado Delegado Tito Barichello; **Requerimento n.º 2949/2025**, dos Deputados Delegado Jacovós e Tercílio Turini, requerem a inclusão do Deputado Delegado Jacovós na coautoria do Projeto de Lei Complementar n.º 11/2025, de autoria do Deputado Tercílio Turini.

Justificativas de ausências.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 2942/2025**, da Deputada Cantora Mara Lima, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 22 de outubro de 2025; **Requerimento n.º 2944/2025**, do Deputado Marcelo Rangel, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 22 de outubro de 2025; **Requerimento n.º 2945/2025**, do Deputado Ney Leprevost, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias do dia 22 de outubro de 2025; **Requerimento n.º 2952/2025**, do Deputado Soldado Adriano José, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias do dia 14 de outubro de 2025; **Requerimento n.º 2966/2025**,



do Deputado Doutor Leônidas, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias do dia 22 de outubro de 2025.

Deferido conforme o art. 104, inciso V, e § 5º, do Regimento Interno (em razão de falecimento de cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob sua guarda ou tutela e irmãos): **Requerimento n.º 2946/2025**, do Deputado Batatinha, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 21 de outubro de 2025, em face do falecimento de seu irmão Ozias Luiz de Souza, ocorrido na mesma data.

Deferido conforme o art. 97, § 3º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 2948/2025**, do Deputado Arilson Chiorato, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 20 a 22 de outubro de 2025.

Deferido conforme Inciso III, do art. 168 do Regimento Interno: Requerimento n.º 2951/2025, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando autorização para se ausentar do País no período de 26 de outubro a 1º de novembro de 2025, para participar de Reunião representando a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Requerimento Cancelado.

Requerimento o n.º 2909/2025, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de menção honrosa. **Cancelado por duplicidade.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Lembramos aos Sr.^s Deputados que temos uma Sessão Extraordinária na sequência. Concedo a palavra, nas Explicações Pessoais, ao Deputado Renato Freitas.



DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Hoje o Delegado Tito Barichello, esse personagem caricato e grotesco, judeu da Shopee, se colocou no direito de insinuar que eu sabia que um ex-assessor meu, demitido em julho de 2024, – ou seja, um ano e meio – e, portanto, segundo ele, por ter passado pelo Gabinete da Oposição, porque não era meu assessor – até nisso você mente e eu provo, se você achar que é necessário, já que ele era formalmente assessor da Bancada de Oposição, com a minha indicação, porque líder do Movimento Popular por Moradia. Se cometeu um crime, dois crimes, 10 crimes depois de ter passado pelo meu Gabinete, a mim não importa, e tão somente à Justiça. É claro, me importa na qualidade de cidadão, mas não de patrão ou de policial, que eu não sou. Deveria o Deputado Tito Barichello, ao invés de olhar o cisco no olho do próximo, enxergar a trave que lhe tapa a visão. Explico: o senhor veio até aquela tribuna, alguns meses atrás, e homenageou publicamente um assaltante de bancos. Ou eu estou mentindo, e o senhor quer que eu revele nomes? O advogado Igor Ogar, que o senhor homenageou ali naquela bancada. E eu te falei depois: “*O senhor sabia que ele é condenado por assalto a banco?*” E o senhor disse que sim. Hipócrita! Então, provarei... Por favor, o senhor acione o Conselho de Ética, e daí eu provo no Conselho de Ética, que daí fica tudo mais público e melhor. Está bom? Continuando: o senhor que fez uma operação papagaiada, *fake* para proteger...

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Senhor Presidente, ele não está exercendo o direito de defesa, ele está acusando!

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado Tito, não cabe aparte agora. O Deputado está com a palavra.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Agora ouça, tenha educação! O senhor fez uma operação *fake*, já que o senhor não é Delegado em atividade, estava portando arma de fogo de forma criminosa, ostensiva e ameaçando um cidadão



comum, porque em tese esse cidadão estava ameaçando o seu bem querido, o advogado condenado por assaltar bancos; se valendo do seu papel e da sua função pública para defender, de fato, criminosos ou – sejamos justos – ex-criminosos. Quem sou eu para condenar alguém pela vida toda? Não sou hipócrita! Fez, pagou na justiça, tem todo direito de exercer sua profissão, seja ela qual for. Diferente do senhor, que não só quer condenar o que já está morto, atribuindo a ele crimes e mais crimes – porque todo dia ali naquela tribuna você inventa um crime a mais para o cidadão que já morreu –, como também quer me condenar pelo que ele fez fora do gabinete e sem ligação formal alguma comigo. E o senhor diz ainda por cima que foi utilizado um veículo Amarok para ir resgatar sei lá quem, sei lá onde! Então, por favor, por favor... Sem escândalo, jovem. Vamos respirar. Olha o coração, vai ter um ataque cardíaco. O senhor, por favor, então prove que carro era esse, qual era a placa, mas principalmente, já que o carro não era automatizado, quem eram os motoristas, porque da forma com que o senhor falou...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado Tito, o Deputado Renato está com a palavra. Vossa Excelência pode se inscrever também nas Explicações Pessoais. São dois oradores que podem se inscrever. Vou inscrever V.Ex.^a aqui. Com a palavra o Deputado Renato Freitas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Calma, Deputado, calma. O senhor, já que insinuou que algum assessor meu ou que eu mesmo peguei um carro e fui a Santa Catarina, para ajudar alguém em um resgate de preso... Então, por favor, não seja leviano, traga provas, indícios ou qualquer coisa que fundamente a sua fala, pois é grave, muito grave. Nós não estamos, Deputado Tito Barichello, em uma esquete de humor em que o senhor pode simplesmente vestir uma roupa caricata, fingir uma personalidade e jogar para a plateia que adora ouvir que *bandido bom é bandido morto, CPF cancelado, dancinhas e coisas atrozes*, que



demonstram a incivilidade da população que apoia o senhor. E digo mais: o senhor fracassa no seu objetivo de defensor da segurança pública, pois, se tivéssemos de fato uma segurança pública de acordo com os ditames constitucionais, aquele que diz “*sociedade civil tem que se armar e os bandidos têm que ser assassinados*”, aqueles que dizem isso são contrários tanto ao Deputado, que elabora Leis e essas Leis têm que ser respeitadas – e dentro dessas Leis não há pena de morte, ou seja, o senhor atua contra si próprio enquanto Deputado. Segundo, atua também contra o senhor mesmo na qualidade de policial, ex-policial, policial da *Shopee*. Por quê? Porque o senhor diz que a polícia é incompetente, insuficiente, que não consegue combater a criminalidade e, por isso, tem que ser delegado à sociedade o atributo, a atribuição de combater a criminalidade. O senhor, portanto, assina o seu próprio fracasso na qualidade de Delegado e na qualidade de Deputado. Então, portanto, o senhor é um fracasso. Não faça, não levante falso testemunho e nem acusações ao próximo. Sabe por quê? Porque não tenho medo do Ministério Público, que faz acordos inescrupulosos nesta Casa; eu não tenho medo do Judiciário, que tem uma boa parcela corrupta da nobreza de Estado, que engorda às custas do povo; eu não tenho medo dos empresários milionários que não gostam quando digo da redistribuição das riquezas ou da reforma agrária; e eu não tenho medo dos coronéis da política. Por isso, enfrento os mais fortes, os maiores, os que se acham deuses na Terra. Diferente do senhor, que quer ganhar Ibope indo no Parolin pisar no crânio de jovens negros, pobres, órfãos que, sim, muitas vezes caíam na criminalidade e que mereciam ser, claro, punidos, como determina a lei, mas ressocializados. O senhor se fortalece com sangue dos mais fracos, mas não pra cima de mim, porque de você eu não tenho medo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Concedo a palavra ao Deputado Tito Barichello.



DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quero cumprimentar o Ex.^{mo} Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cumprimento o Líder do Governo, o Líder da Oposição, cumprimento os caros colegas Deputados Estaduais. Esperava mais do Deputado Renato Freitas, porque é Mestre em Direito, formado em Direito. Imaginava que a retórica dele estivesse embasada em fatos. Gritou, berrou, ofendeu, mas não desdisse as verdades que eu trouxe aqui. Um assessor – não negou que era um assessor. Tentou jogar a responsabilidade em cima do Partido, mas esse assessor ficava no gabinete dele e foi escolhido por ele. Vou repetir, o assessor foi escolhido por ele e ficava no gabinete dele, o “Val”, como era tratado com carinho. Não foi escolhido pelos outros Deputados. Foi escolhido por ele e ficava no gabinete dele. Crimes? Cinco homicídios e o assassinato, do Soldado Fadel. Enquanto era assessor desta Casa aqui, segundo o boletim de ocorrência da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, recebendo dinheiro público, na data de 8 de novembro de 2023, resgatou o preso e foi preso. E o Sr. Renato Freitas não sentiu a falta dele no gabinete, porque não comunicou à Casa que o assessor tinha sido preso. Não vou nem tratar da pedofilia, que talvez ele possa me dizer que não tinha conhecimento. E até concordo, porque é um crime que acontece às escuras, mas ele, como líder, o Valdecir, da invasão Nova Esperança, em Campo Magro, criou um grupo criminoso, uma organização criminosa. Isso quem diz é Polícia Civil. Essa organização criminosa... Eu estive lá e na época sequer me deixaram entrar, porque havia uma barricada na frente, precisava de autorização do Sr. Valdecir para entrar em um aglomerado de 5 mil pessoas e um milhão de metros quadrados. Área nobilíssima escolheram eles, que fica a 700 metros da Prefeitura Municipal. Então, Sr. Renato Freitas, não estou dizendo que o senhor tenha participado ativamente desses homicídios. Não estou dizendo que o senhor tenha participado ativamente da tentativa de fuga de um preso de alta periculosidade no Estado de Santa Catarina. Não estou dizendo isso. Estou dizendo que um cargo comissionado seu, demissível *ad nutum*, um cargo político que o senhor escolhe e que não cabe a esta Assembleia tecer uma



investigação rigorosa antes de chegar aqui, cabe sim a cada Deputado. Obviamente que a Casa verifica os antecedentes, mas, se não constar nada, está tudo bem, não há problema, porque cabe àquele que escolhe encontrar o seu espelho. E o espelho trazido aqui é de um bandido, de um criminoso de alta periculosidade, tanto que tombou trocando tiros com a Polícia Militar. Tanto que perdeu a vida armado com uma pistola. E os absurdos aqui, senhores, passam de qualquer limite. Eu abracei, na época da morte do Soldado Fadel, o Deputado Fadel aqui, no dia seguinte à morte nesta Casa. Tenho certeza, Sr. Renato Freitas, de que o senhor também deu condolências a ele, ao Deputado Fadel, porque merece – perder um ente querido. Aliás, o Soldado Fadel é filho de um Coronel da Polícia Militar, encontrado na invasão Nova Esperança, dentro de um porta-malas, lhe abracei aqui. E onde estava o assassino nesse momento? No oitavo andar. Então, não tire a sua responsabilidade. Se escolheu, assuma. Não jogue responsabilidade em cima do seu Partido, Sr. Renato Freitas. Tenha a capacidade de assumir seus erros, porque é um criminoso o Valdecir, é um bandido. Agora, cabe ao senhor explicar como que coloca um criminoso, um bandido, um assassino, pedófilo, que vai resgatar em horário de trabalho um preso em Santa Catarina, no seu gabinete? Esse “Val”, como era carinhosamente chamado, passava me ameaçando, me encarando e eu acalmava meus assessores dizendo: *há uma diversidade ideológica. Ele é abortista, eu não sou. Ele é favorável ao fim da propriedade privada, eu não sou. Vamos compreender e respeitar o ponto de vista diverso.* É tradicional isso. Mas, não, era um bandido e era um criminoso. Então, Sr. Renato Freitas, a sua retórica, a sua capacidade de argumentação já foi melhor no passado. O senhor vai explicar isso ao Conselho de Ética – sem ladainha, sem discursos –, como que um criminoso, um bandido pago por esta Casa é acusado de cinco homicídios e está armado com uma pistola e troca tiros com a Polícia? Além do detalhe, “ser pedófilo”, que regra é um crime mais difícil de ser verificado o fato, porque depende, obviamente, de a vítima se manifestar. Então, Sr. Presidente, agradeço. E o Deputado Renato Freitas, sem



dúvida alguma, não explicou. Eu vou representar ao Conselho de Ética, pedindo uma explicação e o início de um procedimento administrativo para apurarmos com rigor esse fato, para que não se repita nesta Casa, porque passamos de todos os limites, Sr. Presidente.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, V.Ex.^a anunciou que recebe as Emendas e tal? Eu não prestei atenção, desculpa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Temos mais uma Sessão Extraordinária, para o recebimento das Emendas. Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária na sequência e duas outras Sessões para amanhã, dia 28, no horário regimental, com as seguintes **Ordens do Dia: Sessão Extraordinária – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 937/2025; Sessão Ordinária de terça-feira – 2.º Turno da PEC n.º 1/2025**, Redação Final dos Projetos de Lei n.^{os} 458/2025, 674/2025 e 799/2025, 2.º Turno dos Projetos de Lei n.^{os} 346/2024, 607/2024, 159/2025, 775/2025, 877/2025, 878/2025, 918/2025 e 937/2025, 1.º Turno dos Projetos de Lei n.^{os} 919/2025, 920/2025, 921/2025 e 922/2025 e Turno Único dos Projetos de Lei n.^{os} 107/2023 e 743/2025; e **Sessão Ordinária de quarta-feira, antecipada para terça-feira** – Redação Final da PEC n.º 1/2025, Redação Final dos Projetos de Lei n.^{os} 107/2023, 346/2024, 607/2024, 159/2025, 743/2025, 775/2025, 877/2025, 878/2025, 918/2025 e 937/2025, 2.º Turno dos Projetos de Lei n.^{os} 919/2025, 920/2025, 921/2025 e 922/2025, 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 658/2025 e Turno Único dos Projetos de Lei n.^{os} 31/2025 e 676/2025.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h36, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)